

---

# Plano de Trabalho

## Mapeamento Sociodemográfico e Plano de Ações e Projetos

Garimpeiros Tradicionais, Faiscadores e  
Pescadores Artesanais.

---

Outubro | 2023

**H&P**





Com 40 anos de atuação, a H&P apoia organizações públicas, privadas e do terceiro setor a promover os melhores resultados socioambientais e gerar legado positivo, por meio dos serviços de Diálogo e Responsabilidade Social, Gestão de Riscos e Impactos, Monitoramento e Avaliação e soluções de Consultoria ESG.

#### FALE CONOSCO

31 3292 2855 | 98208-7212  
hep@hpconsultores.com.br

#### ACESSE



website



linkedin



Instagram



facebook

## Nossa equipe

### diretoria

#### **Cristina Margoto**

Diretora Executiva

#### **Guilherme Rodrigues**

Diretor Técnico

#### **Lucas Sardinha**

Diretor de Projetos

#### **Guilherme Silveira**

Diretor de Metodologias,  
Produtos e Inovação

#### **Clarice Mendonça**

Diretora de Negócios

#### **Marcelo Apgáua**

Diretor Administrativo-  
Financeiro

### equipe do projeto

#### COORDENAÇÃO

##### **Daniel Martins**

Doutor em Sociologia

#### LIDERANÇA TÉCNICA

##### **Jaqueline Silva**

Doutora em Antropologia

#### EQUIPE DE REFERÊNCIA

##### **Cristiano Pimenta**

Cientista Social

##### **Julia Macêdo**

Graduada em Gestão Pública e  
Especialista em Gestão de  
Projetos

##### **Bruna Lara Alvarenga Barros**

Engenheira Florestal | Mestra em  
Agricultura e Experiências em  
Povos Tradicionais

#### NÚCLEO DE METODOLOGIAS E PRODUTOS

##### **Mauricio Siqueira Filho**

Cientista Social | Mestre em  
Antropologia

#### COMUNICAÇÃO

##### **Thais Lima**

Designer Gráfica

##### **Jo Gama**

Designer Gráfico

##### **Rafael Carvalho**

Designer Gráfico

##### **Willen Lellis**

Designer Gráfico

# Sumário

<b>EXPEDIENTE.....</b>	<b>5</b>
<b>RESPONSÁVEIS PELO PROCESSO.....</b>	<b>5</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>6</b>
<b>CONTEXTUALIZAÇÃO.....</b>	<b>7</b>
HISTÓRICO DO PROCESSO.....	9
PRINCIPAIS LEGISLAÇÕES VIGENTES.....	16
PREMISSAS.....	18
GARIMPEIROS, FAISCADORES E PESCADORES ARTESANAIS COMO POPULAÇÃO TRADICIONAL: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DO PÚBLICO-ALVO.....	20
<b>JUSTIFICATIVA.....</b>	<b>21</b>
<b>OBJETIVOS.....</b>	<b>22</b>
OBJETIVO PRINCIPAL.....	22
OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	22
<b>METODOLOGIA DE TRABALHO.....</b>	<b>22</b>
<b>TÉCNICAS DE INVESTIGAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL.....</b>	<b>23</b>
<b>DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES TÉCNICAS.....</b>	<b>25</b>
RESUMO DAS ETAPAS E ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS.....	25
TERRITÓRIO 1: FAISCADORES E PESCADORES ARTESANAIS DE RIO DOCE, SANTA CRUZ DO ESCALVADO E CHOPOTÓ.....	26
METAS E RESULTADOS ESPERADOS.....	31
TERRITÓRIO 2: GARIMPEIROS TRADICIONAIS DE MARIANA, BARRA LONGA E ACAIACA.....	33
<b>CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO.....</b>	<b>44</b>
<b>PRODUTOS.....</b>	<b>46</b>
<b>TERRITÓRIO 1 (T1) – RIO DOCE, SANTA CRUZ DO ESCALVADO E CHOPOTÓ, EM PONTE NOVA.....</b>	<b>46</b>
<b>TERRITÓRIO 2 (T2) – MARIANA, BARRA LONGA E ACAIACA.....</b>	<b>47</b>

---

<b>INFORMAÇÕES SOBRE A CONSULTORIA.....</b>	<b>49</b>
ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA .....	49
QUALIFICAÇÃO E TREINAMENTO DE COLABORADORES .....	49
EQUIPE TÉCNICA .....	50

# Expediente

## Responsáveis pelo processo

**Razão Social:**

Fundação Renova

**Responsável pelo Contrato:**

Adebal de Andrade Júnior

**CNPJ:**

25.135.507/0002/64

**Cargo:**

Analista de Povos Tradicionais e Indígenas

**Telefone:**

(31)99822-5787

**E-mail:**

adebal.junior@fundacaorenova.org

**Endereço:**

Rua do Seminário, 237. Mariana, Minas Gerais. CEP 35420-000

### Empresa Consultora

**Razão Social:**

Instituto de Tecnologia e Educação de Minas Gerais

**Responsável pelo Contrato:**

Guilherme Alberto Rodrigues

**CNPJ:**

73.401.143/0001-89

**Cargo:**

Diretor de Projetos

**Telefone:**

31 8208-4631

**E-mail:**

Guilherme Rodrigues

guilherme@hpconsultores.com.br

Daniel Martins

daniel.martins @hpconsultores.com.br

**Endereço:**R. Bernardo Guimarães, 245 - 9º e 10º andares – Funcionários  
Belo Horizonte – Minas Gerais

# Introdução

Este Plano de Trabalho se refere ao Mapeamento Sociodemográfico e Elaboração de Plano de Ações e Projetos para reparação aos danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão, tendo como público-alvo os faiscadores e pescadores artesanais dos municípios de Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado e o distrito de Chopotó em Ponte Nova e os garimpeiros tradicionais de Barra Longa, Mariana e Acaiaca.

A H&P realizará a consolidação dos danos e perdas sofridos pelos atingidos nestes territórios, e, a partir dos seus resultados, serão propostos Planos de Ação para Reparação dos danos causados ao faiscadores, garimpeiros tradicionais e pescadores artesanais. Especificamente nas localidades de Barra Longa, Mariana e Acaiaca, também será realizado o Mapeamento Sociodemográfico deste segmento.

Neste documento, apresentamos um plano preliminar que será submetido aos órgãos competentes para apreciação. Nele abordamos os principais eixos de ação, seguindo as diretrizes estabelecidas pelo Termo de Referência - 01/2020/CTIPCT/CIF. O documento final será desenvolvido de forma colaborativa, após diálogo com a população interessada e deverá incorporar as contribuições e sugestões advindas dessas discussões. Esse processo será conduzido em cooperação com as comunidades tradicionais afetadas e contará com o acompanhamento da CT-IPCT/CIF.

O respeito as especificidades socioculturais e territoriais, a intensidade e as características dos danos sofridos, bem como as situações de vulnerabilidade social são as principais diretrizes que irão orientar o desenvolvimento deste trabalho.

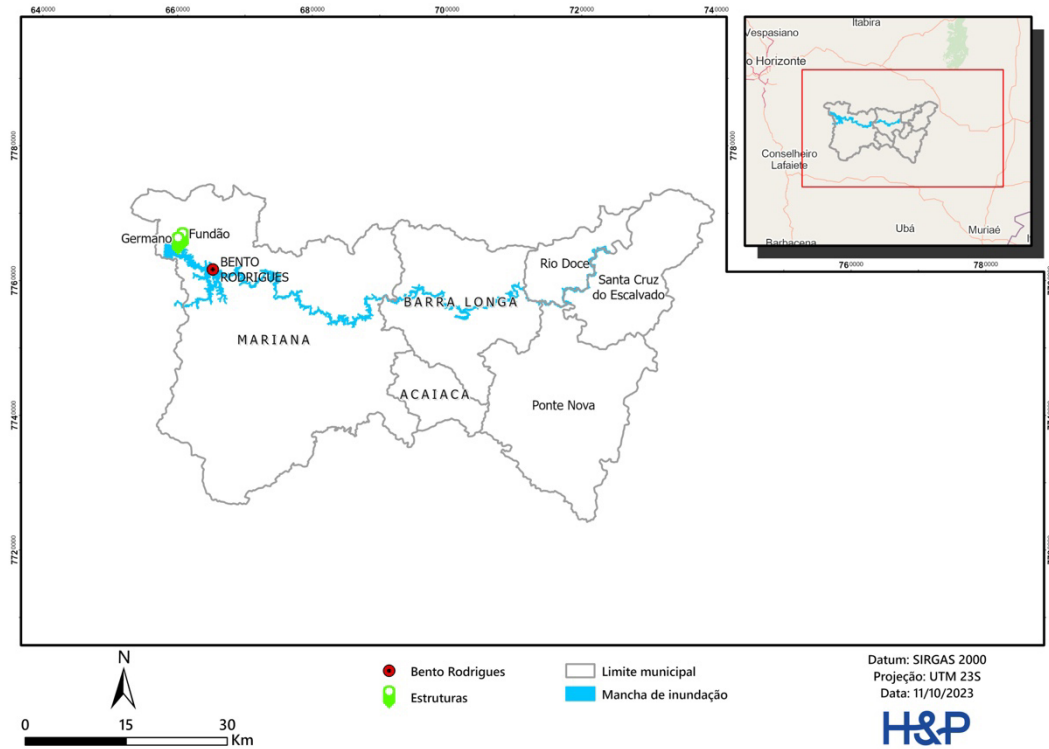
## Contextualização

O Complexo Mina Alegria da Samarco Mineração S.A. era formado por um conjunto de infraestruturas que envolve minas, usinas de beneficiamento, minerodutos e um terminal portuário. As lavras da mina estão localizadas nas cidades de Mariana e Ouro Preto, ambas em Minas Gerais, compostas por quatro minas: Alegria Centro, Alegria Sul, Alegria Norte e Germano. O Complexo contava ainda com três concentradores, instalados na unidade de Germano, que beneficiavam o minério e aumentam o seu teor de ferro, e mais quatro usinas de pelotização -que transformam o minério em pelotas- na unidade de Ubu, no município de Anchieta, no Espírito Santo.

No Complexo existiam três barragens planejadas para receber os rejeitos do processo de mineração: Germano, Fundão e Santarém.

A Barragem de Fundão rompeu no dia 5 de novembro de 2015, quando cerca de 45 milhões de metros cúbicos de lama foram derramados nas várzeas e áreas baixas ao longo dos rios Gualaxo do Norte, Carmo e Doce. A maior parte dos rejeitos liberados em Fundão deslocou-se para a barragem de Santarém, localizada a jusante das duas primeiras barragens. Houve erosão parcial no maciço de Santarém, com danos na parte da estrutura. O reservatório da barragem de Fundão passou por rebaixamento, danificando ainda as estruturas do dique de Selinha e dos diques Sela/Tulipa, paredes laterais da barragem de Germano. A lama de rejeitos devastou o Distrito de Bento Rodrigues, situado a cerca de 5 km abaixo da barragem de Fundão, foi carregada até o rio Gualaxo do Norte, a 55 km, desaguando no rio do Carmo, atingindo em seguida o rio Doce.

Figura 1. Localização do Complexo de Mineração Germano e parte da mancha de inundação em Minas Gerais.



Fonte: H&P. Elaboração própria

No Rio Doce, a onda de rejeitos, água e detritos perdeu parte de sua força. Grande parte dos materiais carregados ficou acumulado no reservatório da Hidrelétrica de Candonga, e no trecho entre Candonga e a UHE Baguari. Outros 16 milhões continuaram escoando lentamente da estrutura que colapsou, chegando ao litoral capixaba dezessete dias depois. (Nota Técnica nº 3/2017/VitoriaES/TAMAR/DI BIO/ICMBio). O desastre matou 19 pessoas, afetou agricultores, pescadores, quilombolas e ao menos três territórios indígenas.

As repercussões desse cenário são observadas em numerosas comunidades, especialmente aquelas cujas ocupações tradicionais estavam vinculadas à exploração de recursos naturais providos pelo rio Doce, como a pesca artesanal, a coleta de matéria prima do leito do rio Doce e a extração de areia. Além disso, pode-se sustentar que tais atividades não se limitavam exclusivamente aos seus aspectos econômicos e produtivos, mas também representavam aspectos culturais essenciais intrinsecamente ligados a estilos de vida específicos que se desenvolviam em simbiose com o rio Doce, incluindo vínculos intergeracionais e relações com a paisagem circundante.

A partir do cenário de rompimento da barragem de Fundão, em novembro de 2015, reivindicações por medidas de reparação e compensação para pescadores e garimpeiros passam a ser observadas no território. Faiscadores,

garimpeiros tradicionais e pescadores artesanais estão associadas ao modo de vida ribeirinho, desenvolvido tradicionalmente por meio de conhecimentos e práticas que tinham como principal referência os rios do Carmo, Gualaxo e Doce, até o rompimento da barragem de Fundão. Para esses grupos tradicionais, o território possui valor histórico, cultural e simbólico, refletindo a sua história social. Suas práticas econômicas, sociais e culturais são caracterizadas por modos de vida próprios, articulados aos ciclos da bacia do rio Doce e seu entorno.

## Histórico do processo

DATA	FATO	BREVE DESCRIÇÃO
11/2015	Primeiro diálogo com atingidos	Logo após o rompimento da barragem de Fundão, faiscadores dos municípios de Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado procuraram a Samarco em busca de auxílio financeiro em razão da interrupção de sua atividade.
05/2016	O "Grupo dos 17" de Santa Cruz do Escalvado	Um grupo de 17 moradores de Santa Cruz do Escalvado fez uma manifestação conjunta, se apresentando enquanto atingidos e se autodeclarando garimpeiros/faiscadores.
05/2016	A listagem do MAB	Simultaneamente ao referido processo de autoidentificação dos garimpeiros de Santa Cruz do Escalvado, o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) realizou uma reunião com 60 famílias da região, sob orientação do Ministério Público Federal. A partir desta, foi organizado um documento de autodeclaração coletiva reunindo 79 pessoas que se auto identificaram como garimpeiros e pescadores artesanais, nos termos da Lei Estadual 21.147.
06/2016	Estudo "Garimpeiros em Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado, finalizado em julho/2016"	No documento denominado elaborado pela H&P denominado "Garimpeiros em Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado", finalizado em julho/2016", foram mapeados 154 faiscadores, a partir do cruzamento de dados do documento elaborado pelo Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), dos dados apurados pela empresa Golder/Práxis, que identificaram mais 47 nomes; e de listagem fornecida pelo Programa de Levantamentos e de Cadastro da Fundação Renova (PG001), composta por 58 nomes.
09/2016	Recomendação MPF e MPMG	A partir de recomendação conjunta do Ministério Público Federal (MPF) e o Ministério Público Estadual de Minas Gerais (MPMG), esse coletivo passou a ser considerado. Fundamentada no art.127º da Constituição da República e art. 6º, inciso XX da Lei Complementar nº 75/93, a recomendação dizia respeito à necessidade de o grupo de faiscadores

		começar a ser entendido como público atingido, passível de compensação e reparação em razão dos impactos sofridos.
11/2016	Reunião entre MPF, MPMG, Samarco e Fundação Renova	Foram realizadas duas reuniões (18.11.2016 e 09.12.2016) para discutir a recomendação conjunta, entre MPF, MPMG, Samarco, Vale e Fundação Renova. Ficou acordado que as tratativas relacionadas aos faiscadores diriam respeito apenas aqueles entendidos como garimpeiros artesanais. Chegou-se ao entendimento, ainda, de que, por se tratar de comunidade tradicional reconhecida pela Comissão Estadual dos Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais, tal grupo deveria passar pelo processo formal de autorreconhecimento coletivo.
02/2017	Organização do atendimento da Fundação Renova (reunião entre MPF/MPE e FR)	Em novo encontro ficaram decididos os seguintes encaminhamentos: (1) Definição quanto à realização de estudo de mapeamento das comunidades de faiscadores de Barra Longa, Mariana, Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado, municípios atingidos pelo rompimento da barragem; (2) Definição quanto à necessidade de medidas imediatas de atendimento aos faiscadores, tendo em vista que o estudo de mapeamento demoraria cerca de 06 meses para ser concluído e os faiscadores tinham necessidades emergenciais de subsistência.
03/2017	Decisão pela organização de grupos de trabalho (GTs)	Ficou decidido que o atendimento da Fundação Renova teria como ponto inicial a organização de grupos de trabalhos com faiscadores de Rio Doce e de Santa Cruz do Escalvado, separadamente, a pedido dos próprios comunitários.
05/2017	Leles Assessoria LTDA	Contratação da Leles Assessoria Ltda, para apoio aos atingidos de Rio Doce em seu processo de autorreconhecimento
10/2017	GT Santa Cruz do Escalvado	Os GTs realizados pelos faiscadores de Santa Cruz do Escalvado levaram a um entendimento do grupo sobre o ofício a que se dedicavam, definição dos critérios de tradicionalidade do grupo de faiscadores e inclusão do público de pescadores artesanais nas listas que seria considerado tradicional e quais os indivíduos fariam parte desse grupo de faiscadores tradicionais. Nesse primeiro momento foram apontados 77 faiscadores.  Em outubro do mesmo ano, em nova reunião com representantes do MPF, MPMG e Fundação Renova, a Comissão de Atingidos de Santa Cruz do Escalvado apresentou uma nova listagem de faiscadores, contendo 19 nomes que teriam ficado indevidamente de fora do compilado anterior, produzido por eles mesmos, por ocasião da realização dos GTs. Para além disso, apresentaram uma listagem de 62 nomes de pescadores artesanais, que também teriam passado por um processo de autorreconhecimento. Tal movimento representou uma novidade nas tratativas uma vez que a recomendação

do MPF tratava especificamente dos faiscadores e não havia, por parte da Fundação Renova, qualquer diretriz para atendimento a pescadores artesanais.

Era a primeira vez que a categoria “pescador artesanal” emergia no processo, tendo sido apresentada pela própria comunidade. Tal movimento repercutiria, ainda, no encaminhamento da questão dos faiscadores, por parte da Fundação Renova, uma vez que a comunidade não aceitou que fossem feitas tratativas separadas para estes sem a garantia do atendimento do pleito apresentado pelos pescadores.

Ainda no mês de outubro, a Comissão encaminhou nova listagem, pedindo o acréscimo dos nomes de 7 faiscadores e 73 pescadores.

10/2017	GT Rio Doce	Diferentemente do que aconteceu em Santa Cruz do Escalvado, em Rio Doce o grupo de atingidos contou com o auxílio da assessoria técnica Leles Assessoria Ltda, contratada pela prefeitura do município. Segundo a assessoria contratada, foram realizados encontros com participação média de 150 pessoas, nos quais foram trabalhados conceitos como coletividade, povos e comunidades tradicionais, território, cultura local, organização social, religiosa e econômica, bem como a ideia de ancestralidade. A partir de tais encontros, o coletivo elencou os indivíduos que fariam parte deste grupo e elaborou um relatório com os resultados dos estudos. O documento resultante dos grupos de trabalho apresentava como comunidades tradicionais atingidas os faiscadores e os pescadores artesanais, sendo 86 indivíduos elencados no primeiro grupo e outros 87 no segundo. A semelhança em ambos os casos foi a recusa da comunidade de que fossem realizadas tratativas distintas para os dois grupos. Faiscadores e pescadores artesanais deveriam ser atendidos sob as mesmas condições, simultaneamente.
11/2017	GT Santa Cruz do Escalvado (II)	Uma apresentação de listagem final de pessoas autorreconhecidas como pescadores e faiscadores de Santa Cruz do Escalvado, incorporando todos os nomes pedidos pelos comunitários, foi apresentada à Fundação Renova, delimitando aqueles que seriam atendidos no município.
11/2017	GT Rio Doce (II)	A Comissão de Atingidos de Rio Doce pediu a inclusão de novos faiscadores e pescadores na listagem produzida por eles mesmos, durante a realização dos GTs. Como justificativa, foi informado que um novo processo de autorreconhecimento foi levado a cabo na comunidade.

11/2017	Acordo entre a Fundação Renova e atingidos	Fechamento de acordo entre faiscadores e pescadores artesanais dos municípios de Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado e a Fundação Renova. A reunião que celebrou o entendimento entre as partes contou com a presença de representantes do MPF, MPMG, e representantes das prefeituras.
12/2017	Pagamentos Fundação Renova	Realização dos pagamentos acordados em novembro.
2018	Solicitação de inclusão de novos nomes e paralisação da estrada para Candonga	Em 2018, novos pedidos de inclusão foram feitos em ambos os municípios. Mas desta vez amparados pelos encaminhamentos, debates e acordos firmados anteriormente a Fundação Renova apontou para a necessidade de se realizar o estudo de Mapeamento já contratado para o reconhecimento dessa nova leva de atingidos como povo tradicional.
09/2018	Novo acordo entre MP, Fundação Renova e Comissões de Atingidos de Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado	Em setembro de 2018 foi celebrado acordo entre o MP, Fundação Renova e Comissões de Atingidos de Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado para complementação das listas de autorreconhecimento criadas em 2017. Deste acordo saiu o encaminhamento de que caberia às referidas comissões de atingidos de cada município produzir documentos complementares para o reconhecimento daqueles que fazem parte dos grupos tradicionais de faiscadores e pescadores artesanais e que haviam sido desconsiderados do processo de autorreconhecimento levado a cabo em 2017.
11/2018	Relatório Comissão de Santa Cruz do Escalvado e pedido de novas inclusões	A Comissão de Atingidos de Santa Cruz do Escalvado apresentou o documento intitulado "Histórico Demonstrativo das Etapas de Construção e Validação do Processo de Autorreconhecimento Coletivo", onde descrevia as etapas do processo realizado, bem como reafirmava a existência e autorreconhecimento de faiscadores e pescadores tradicionais no município. Após a conclusão desses trabalhos foi pleiteada a inclusão de 374 pessoas na ações de Santa Cruz do Escalvado.
11/2018	Relatório Comissão de Rio Doce e pedido de novas inclusões	A Comissão de Atingidos de Rio Doce apresentou o documento intitulado "Histórico Demonstrativo das Etapas de Construção e Validação do Processo de Autorreconhecimento Coletivo". Em trecho do relatório, aparece a primeira justificativa para a ausência dos nomes agora incluídos, nas listagens anteriores: Como metodologia para a nova rodada de autorreconhecimento, foram eleitas as assembleias públicas. Nelas cada um dos interessados deveria se identificar enquanto pescador ou faiscador e, na sequência, ser reconhecido pelo coletivo enquanto tal. Após a conclusão desses trabalhos foi pleiteado na quarta fase a inclusão de 291 pessoas na listagem de Rio Doce.

01/2019	Início dos estudos de Mapeamento pelo prof. Dr. Aderval Costa.	Inicia o "Mapeamento dos Povos e Comunidades Tradicionais em Minas Gerais" com a realização de atividades periciais com "Comunidades de Faiscadores e demais povos e comunidades tradicionais impactados de Mariana, Ponte Nova, Rio Doce, Barra Longa e Santa Cruz do Escalvado".
03/2019	Desvinculação do Estudo de Mapeamento de Comunidades Tradicionais	Comissões de atingidos de Rio Doce e Santa Cruz encaminham ofício solicitando a desvinculação dos AFEs de garimpeiros tradicionais ao Estudo de Mapeamento de Comunidades Tradicionais.
05/2019	Impossibilidade de atendimento a novos pleitos	Fundação Renova informa a atingidos de Rio Doce e Santa Cruz a impossibilidade de eleger pessoas dos novos pleitos (listas). Informou a desvinculação da concessão do AFE ao Estudo e que buscaria novo formato para dialogar com o grupo tradicional.
06/2019	Deliberação nº 300 CIF	Emissão por parte do CIF da Deliberação nº 300, que determinou a análise de elegibilidade às pessoas indicadas pelas Comissões de atingidos de ambos os municípios e a análise de pagamento de AFE às comunidades de garimpeiros faiscadores e de pescadores artesanais dos Municípios de Rio Doce/MG, Santa Cruz do Escalvado/MG e do Distrito de Chopotó.
08/2019	Negativa à deliberação CIF nº 300, por parte da Fundação Renova	Negativa formal de atendimento, por parte da Fundação Renova, do constante da Deliberação nº 300 do CIF, considerando que o público não atendia aos critérios de elegibilidade ao recebimento do AFE.
10/2019	Deliberação nº 333 CIF	Aprovada a Deliberação CIF nº 333. Trata-se de uma notificação à Fundação Renova pelo alegado descumprimento da Deliberação nº 300. O documento estabelece prazo de 15 dias corridos para sanar tais descumprimentos por meio de devolutivas individualizadas.
12/2019	Deliberação nº 356 CIF	Estipula multa para a Fundação Renova por descumprimento das deliberações anteriores.
06/2020	Petição Comissões de Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado	Envio de petição à 12ª Vara, requisitando que as comissões de atingidos de Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado sejam consideradas como interlocutoras legítimas no processo.
06/2020	Petição faiscadores e pescadores dissidentes	Envio de petição à 12ª Vara, com denúncias quanto atuação da assessoria técnica Rosa Fortini e das comissões de atingidos de Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado.

07/2020	Decisão judicial sobre as petições apresentadas	<p>Estabelecimento do prazo de 120 dias para que as partes apresentassem uma solução construída em consenso, descrita no seguinte texto: "I) CONCEDO o prazo até 19 de julho de 2020 para que a FUNDAÇÃO RENOVA e as empresas rés (SAMARCO, VALE e BHP) tomem ciência do inteiro teor da presente demanda (Petição e Documentos), a fim de prepararem-se para as futuras mesas de negociação. II) AUTORIZO que as Comissões de Atingidos e a Fundação Renova/Empresas rés estabeleçam, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 20 de julho de 2020, a formação de Grupos de Trabalho, mesas e rodadas de negociações diretas, a fim de viabilizarem uma solução adequada (e negocial) dos diversos temas trazidos a juízo (inclusive a questão relativa ao AFE). III) Findo o prazo concedido, as partes deverão trazer a juízo o resultado das negociações do Grupo de Trabalho, apresentando os temas que foram objeto de resolução/consenso para fins de exame e eventual homologação, e conseqüente início das ações de execução, assim como os temas que permanecem como dissenso para que este Juízo possa deliberar e adotar, em definitivo, as medidas judiciais pertinentes."</p>
10/2020	Protesto dos grupos com obstrução de via e conseqüente paralização das obras da UHE Candonga	<p>No final de setembro e início de outubro de 2020 aconteceram protestos nas vias que dão acesso ao local das obras da UHE Candonga, com protagonismo do Grupo Florestinha (do município de Santa Cruz do Escalvado) e a participação de algumas lideranças de faiscadores e pescadores artesanais do município de Rio Doce. As pautas de reivindicação eram: pagamento de indenizações e AFE desde 2015, o não enchimento do lago de Candonga antes de resolver a questão das indenizações, e reunião presencial em um espaço amplo e seguro, e com algum representante da Fundação Renova com poder de decisão. A reunião requerida pelo Grupo Florestinha foi realizada de forma remota, contando com a presença da equipe de Diálogo, Governança e área jurídica da Fundação Renova. Como encaminhamento principal foi entendido que os manifestantes desse grupo desejariam continuar as negociações diretamente com a Fundação Renova. Já a reunião com o grupo de pescadores e faiscadores foi realizada de forma híbrida, sendo presencial para o grupo, em Mariana, seguindo todos os protocolos de segurança e saúde devido ao COVID-19. Para ambos os grupos foi proposto um encontro com o juiz da 12ª Vara Federal de Belo Horizonte. Houve aceitação apenas por parte do grupo de faiscadores e pescadores artesanais de Rio Doce e a reunião, entre o advogado do grupo e advogados da Assessoria Técnica Rosa Fortini com o Juiz da 12ª Vara ocorreu ainda em outubro.</p>
10/2020	Nova petição das Comissões de Atingidos de Rio	<p>As Comissões de Atingidos de Rio Doce e de Santa Cruz do Escalvado entraram com uma nova petição na 12ª Vara de Justiça no dia 20 de outubro de 2020, contendo propostas indenizatórias e solicitação de reconhecimento de danos de</p>

	Doce e Santa Cruz do Escalvado	novos grupos, alegando que não houve acordo nem possibilidade de realização das mesas de negociação previstas na decisão judicial de julho. Essa nova petição indica que o Fluxo Ágil estabelecido pelo Juiz da 12ª Vara de Justiça para seguimento das negociações de indenização e auxílio financeiro em Baixo Guandu, Naque e São Mateus não devem ser ampliadas para os territórios com comissões já peticionadas, dada especificidades de danos ocasionados pelo rompimento da barragem de Fundão em Rio doce e Santa Cruz do Escalvado, assim como em Chopotó, no município de Ponte Nova. A fim de respaldar a proposta apresentada, os autores do texto se utilizam de informações coletadas e analisadas a partir da pesquisa realizada pela OPUS (empresa contratada pela assessoria técnica do Centro Rosa Fortini), do acompanhamento realizado pela equipe técnica da assessoria e por dados extraídos do SGS. Forma identificadas 13 categorias identificadas e propostas de indenização para cada um dos grupos e subgrupos. No entanto, apesar dos valores apresentados como proposta de indenização, de maneira geral, não foi possível identificar a memória de cálculo e os dados concretos que justificassem os valores apresentados. Não há também qualquer jurisprudência relatada que possa servir como base para cálculo desses valores
12/2020	Entrega de laudo pericial/relatório	O professor Aderval Costa Filho entrega à Fundação Renova o relatório final da pesquisa realizada nos municípios de Santa Cruz do Escalvado, Rio Doce e comunidade de Chopotó (Ponte Nova) contendo a caracterização geral das comunidades tradicionais da área de abrangência que entende a faiscação como modo de vida.
04/2021	Deliberação 493 do CIF	Determina o reconhecimento dos garimpeiros tradicionais que garimpam ou garimpavam nos rios Gualaxo do Norte, Carmo e afluentes, nos municípios de Mariana, Barra Longa e Acaiaca, como coletivos e sujeitos atingidos pelo desastre da Samarco, respeitando o direito ao autorreconhecimento e à reparação dos danos sofridos com base nas especificidades típicas da sua tradicionalidade, pela Fundação Renova.
06/2021	Deliberação 501 do CIF	Determina que as comunidades faiscadoras devem ser integralmente incorporadas ao Programa 04 da Fundação Renova com a elaboração e apresentação de um plano de ação no prazo de 75 dias. <sup>1</sup>
06/2022	Documento do Ministério Público	Ministério Público solicita que Fundação Renova faça devolutiva aos atingidos a respeito do tema

<sup>1</sup> Disponível em: [cif-deliberacao-501-21.pdf \(www.gov.br\)](http://www.gov.br/cif-deliberacao-501-21.pdf) . Acessado em 19/06/2023.

09/2022	Solicitação Ministério Público	Ministério Público e Assessoria Técnica Rosa Fortini solicitam nova devolutiva e inclusão do laudo pericial realizado pela consultoria OPUS (Estudo do Professor Aderval) no processo.
04/2023	Decisão judicial	Juízo da 4ª Vara Federal do TRF 6 determina à inclusão dos garimpeiros tradicionais supracitados no Programa de Proteção e Recuperação da Qualidade de Vida dos Povos e Comunidades Tradicionais (PG04) e em outros programas com os quais tem interface.
05/2023	Decisão judicial	Decisão do juízo da 4ª Vara Federal (Número: 1068089-07.2021.4.01.3800), do dia 02/05/2023, que determina o cumprimento das deliberações 493 e 501 pela Fundação Renova e demais providências.
07/2023	Chamada Pública	Chamada pública para contratação de consultoria
09/2023	Resultado da Chamada	H&P ganha os processos licitatórios
10/2023	Início das atividades para elaboração do Plano de Ações e Projetos	Primeira reunião técnica entre H&P e Fundação Renova e início dos trabalhos.

## Principais legislações vigentes

Em âmbito internacional, instrumentos como a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, adotada em 2007, e a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que estabelece diretrizes específicas para a consulta e participação das comunidades indígenas e tribais em decisões que afetam suas terras e recursos, têm desempenhado um papel fundamental na promoção e proteção dos direitos desses grupos.

No contexto brasileiro, o termo "povos e comunidades tradicionais" é usado para descrever grupos sociais que possuem uma conexão histórica e cultural significativa com territórios específicos e com os recursos naturais encontrados neles. Essa expressão engloba uma ampla variedade de situações sociais, caracterizadas por suas condições de vida que se diferenciam daquelas consideradas como padrões de "modernidade". Essas comunidades tradicionais frequentemente são vistas como existindo à margem das noções convencionais de "desenvolvimento" e "progresso" promovidas por forças econômicas e políticas dominantes.

Encontramos um conjunto abrangente de normas legais que foi estabelecido ao longo dos anos para proteger os direitos dos povos e comunidades tradicionais. Essas diretrizes incluem tratados internacionais, leis, estatutos e convenções que garantem seus direitos, particularmente no que se refere a questões territoriais, bem como à preservação e livre expressão de suas culturas.

De acordo com o Decreto 6.040, de 7 de fevereiro de 2007:

I - Povos e Comunidades Tradicionais: **grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social**, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, **utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição**;

II - Territórios Tradicionais: os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações;

III - Desenvolvimento Sustentável: o uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras.

Já a Política Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais, estabelecida através da Lei Estadual 21.147, de 14 de janeiro de 2014, tem como objetivos específicos, de acordo com seu artigo 4º:

I - **reconhecer, respeitar e valorizar a diversidade econômico-social, cultural e ambiental** dos povos e comunidades tradicionais que interagem nos diferentes biomas e ecossistemas, em áreas rurais ou urbanas; [...]

VI - **garantir aos povos e comunidades tradicionais o uso de seus territórios por meio de sua posse efetiva ou propriedade, mediante regularização e titulação das terras**, assegurando-se o livre acesso aos recursos naturais necessários à sua reprodução física, cultural, social e econômica; [...]

VIII - **assegurar aos povos e comunidades tradicionais a permanência em seus territórios e o pleno exercício de seus direitos individuais e coletivos**, sobretudo nas situações de conflito ou ameaça à sua integridade, bem como a defesa dos direitos afetados direta ou indiretamente, seja especificamente por projetos, obras e

empreendimentos, seja genericamente pela reprodução das relações de produção dominantes na sociedade;

**IX – garantir que empresas responsáveis por projetos, obras e empreendimentos compensem ou indenizem os povos e comunidades tradicionais pelos prejuízos causados nos territórios tradicionalmente ocupados** e reparem os danos físicos, culturais, ambientais ou socioeconômicos; [...]

**XIII – implementar estratégias para o mapeamento e a caracterização demográfica e socioeconômica dos povos e das comunidades tradicionais**, de forma a propiciar visibilidade a essas populações e a orientar o planejamento e a execução de políticas públicas que resguardem seus direitos territoriais, sociais, culturais, ancestrais e econômicos;

**XIV – promover o acesso dos povos e das comunidades tradicionais às políticas públicas e a participação de seus representantes nas instâncias de deliberação, fiscalização e controle social das ações governamentais**, especialmente no que se refere a projetos que envolvam direitos e interesses dessas populações; [...]

**XVI – garantir aos povos e comunidades tradicionais o acesso a serviços de saúde de qualidade e apropriados às suas características socioculturais**, necessidades e demandas, incorporando-se, nos casos adequados, as concepções e práticas da medicina tradicional e fitoterápica; [...]

**XVIII – prover a segurança alimentar e nutricional como direito universal dos indivíduos**, garantindo-lhes acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, de forma compatível com outras necessidades essenciais, baseada em práticas sustentáveis e promotoras de saúde, articulando-a e integrando-a no Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e ao Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais; [...]

**XXII – implementar e fortalecer projetos que valorizem a importância histórica e a liderança étnico-social desempenhada pelas mulheres pertencentes aos povos e comunidades tradicionais**, assegurando-se a participação feminina em instâncias de interlocução com órgãos governamentais; [...]

**XXVI – assegurar proteção e assistência a representantes, grupos ou instituições que atuem na promoção e defesa dos direitos dos povos e comunidades tradicionais** e que, em razão de sua atividade, sejam expostos a situações de risco.

## Premissas

As ações a serem desenvolvidas neste projeto primam pelas seguintes premissas:

- Reconhecimento e respeito aos direitos dos faiscadores, dos garimpeiros tradicionais e dos pescadores artesanais e dos demais povos e comunidades tradicionais, em cumprimento dos princípios e normas estabelecidos pela Convenção nº 169 da OIT e pelas Políticas Nacional e Estadual de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais;
- Garantia da centralidade do atingido e de sua participação livre, informada e esclarecida no processo de consulta e construção das ações de reparação aos danos sofridos, incluindo a representatividade da participação de mulheres, jovens e idosos, com atenção à diversidade étnico-racial do território;
- Garantia de transparência e acesso à informação em linguagem adequada aos povos e comunidades tradicionais atingidas;
- Reconhecimento e atenção à diversidade socioambiental e cultural e à identidade étnico-racial das comunidades tradicionais atingidas dos municípios de Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado e comunidade de Chopotó (distrito de Ponte Nova), envolvendo também as expressões da tradicionalidade local nos projetos e programas voltados para a reparação dos danos;
- Compreensão da governança territorial existente, incluindo o papel e as relações entre comunidades tradicionais atingidas, as comissões locais de atingidos, a assessoria técnica independente dos territórios de Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado e comunidade de Chopotó (CT-IPCT/CIF), os órgãos federais, estaduais e municipais envolvidos, as instituições de justiça e a Fundação Renova;
- Reconhecimento da legitimidade da participação de assessoria técnica independente disponível para os povos e comunidades tradicionais atingidos;
- Aderência do estudo e das ações propostas às Diretrizes para a Implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais: Acesso aos Territórios Tradicionais e aos Recursos Naturais; Infraestrutura; Inclusão Social, Direitos humanos e Cidadania; e Fomento e produção sustentável.

Para a execução deste projeto, a atuação da H&P será orientada pela minimização dos impactos à tradicionalidade das comunidades, bem como o respeito às suas dinâmicas, aos usos e significados dos lugares, às formas de organização e às manifestações culturais. Em sua atuação, a H&P considerará ainda a interação com as entidades e/ou atores representativos da comunidade para apresentação, consulta, construção e validação das atividades que serão realizadas.

## Garimpeiros, faiscadores e pescadores artesanais como população tradicional: breve contextualização do público-alvo

A história da extração de ouro na bacia do rio Doce, assim as demais atividades associadas ao uso do rio como a pesca artesanal, está intimamente ligada à ocupação de toda a região de Minas Gerais desde a chegada dos portugueses à América, os quais tinham na extração de ouro uma atividade econômica fundamental para o processo colonizatório. Com a finalidade de estruturar a extração aurífera em uma escala monumental, foram introduzidas mudanças técnicas, sociais e administrativas que transformaram radicalmente territórios tradicionalmente ocupados pelas populações originárias.

A descoberta de ouro nas Minas Gerais resultou em um fluxo migratório sem precedentes de diversos grupos sociais, inclusive um grande contingente de pessoas africanas escravizadas. No entanto, é importante notar que as rotas usadas pelos novos exploradores para chegar à colônia e para enviar as riquezas extraídas de volta à metrópole a princípio não incluíam a bacia do rio Doce. Ao longo da maior parte dos séculos XVII e XVIII, essa região era evitada como uma rota de trânsito.<sup>2</sup> Somente no final do século XVIII, com a eliminação e deslocamento dos indígenas então chamados de Botocudos de suas terras, observou-se uma mudança nas dinâmicas de ocupação na bacia do rio Doce.

Nessa época, o período conhecido como o ciclo do ouro já estava entrando em um declínio notável<sup>3</sup>. Apesar disso, o Estado incentivou e promoveu novas atividades econômicas na região em torno do rio, especialmente na produção agrícola e no transporte dessas mercadorias via fluvial até a foz no litoral do Espírito Santo<sup>4</sup> e a exploração de ouro, continuou a existir. Pode-se afirmar que grande parte da população que migrou das antigas áreas de mineração para essa região já possuía o conhecimento e as habilidades técnicas necessárias para continuar a prática da mineração nas margens do então relativamente inexplorado rio Doce, incluindo as técnicas utilizadas por garimpeiros e pescadores artesanais até o rompimento da barragem de Fundão em 2015, o qual inviabilizou em grande medida a continuidade destas práticas.

É importante esclarecer a **distinção presente entre “faiscação” e “garimpo tradicional”** abordada pela Nota Técnica nº 39/2021/CT-IPCT/CIF:

No território do Alto Rio Doce existem diferenças legítimas nas formas de acionamento das identidades, como as de garimpeiro tradicional

<sup>2</sup> COSTA, Luciano Rodrigues, M.S. Homens de Ouro: Trabalho e Conhecimento entre os Garimpeiros Clandestinos de Ouro da Região de Mariana. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa, 2002.

<sup>3</sup> Ibid.

<sup>4</sup> ESPINDOLA, Haruf Salmen. Territorialidade em Minas Gerais durante a crise do sistema colonial. 3º Encontro da ANPPAS. Brasília DF. 2006

e de fiscador. O termo fiscoção tende a ser utilizado para designar a extração de ouro de forma manual, implicando em baixa produtividade. Todavia, o garimpo tradicional na região de Mariana, Acaiaca e Barra Longa constitui-se em um conjunto de diferentes técnicas e arranjos de sociabilidade, todas voltadas à extração de ouro em pequena escala, dentre as quais se inclui a fiscoção. (Nota Técnica nº 39/2021, pg.4)

Como mencionado, o ponto de diferenciação está em que no caso da fiscoção se faz referência a um tipo de garimpo tradicional baseado na coleta manual do chamado "ouro de aluvião" aquele que é encontrado nas encostas das margens e nos leitos dos rios, riachos ou cursos d'água, mesclado com argila, areia e cascalho que são transportados e acumulados devido à erosão fluvial. Esse ouro é mais acessível devido à sua localização superficial, eliminando a necessidade de investigações profundas do solo. Geralmente, basta a separação dos grãos de ouro (também chamados de "fiscos" ou "pepitas") dos grãos de cascalho e outros minerais, um processo que, em condições ideais, pode ser realizado manualmente. A fiscoção, como um método mais acessível de extração do ouro, desempenha um papel fundamental na região, proporcionando renda imediata aos núcleos familiares envolvidos e tem o potencial de absorver a mão-de-obra desempregada na região

No entanto, para além da diferenciação de técnicas, os termos garimpeiros tradicionais e fiscadores dizem respeito a identidades sociais em elaboração, tanto entre si quanto em relação ao contexto externo. Desta forma, ressaltamos que uma melhor compreensão dos modos de acionamento destes marcadores identitários do ponto de vista nativo é um dos elementos a serem elaborados durante este projeto. Para fins deste Plano de Trabalho **ênfatiza-se que em ambos os temas, o ofício em questão é caracterizado por um conjunto de saberes e práticas está atrelado à transmissão intergeracional e a um modo de vida conformado em profunda simbiose com o rio Doce.**

## Justificativa

Este Plano de Trabalho está baseado nas necessidades da Fundação em atender ao Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC) – em especial, à sua cláusula nº 50 –, que orienta quanto ao programa de proteção e recuperação da qualidade de vida de outros povos e comunidades tradicionais, que possam ter sido impactadas pelo rompimento, a partir de indícios apresentados pelo poder público.

A contratação atende, também à decisão judicial de abril de 2023, referente ao processo nº 1024354-89.2019.4.01.3800, deferida pela 4ª Vara Federal Cível e

Agrária da SSJ de Belo Horizonte, bem como às Deliberações CIF nº 493 e nº 501 e o Termo de Referência nº 01/2020/CTIPCT/CIF.

## Objetivos

### Objetivo Principal

Elaboração do Plano de Ações para Reparação Integral dos faiscaidores e pescadores artesanais dos municípios de Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado e do distrito de Chopotó em Ponte Nova (aqui denominado T1) e dos garimpeiros tradicionais de Barra Longa, Mariana e Acaiaca (denominados T2), referente aos danos e perdas causados pelo rompimento da barragem de Fundão da Mina Germano, em Mariana/MG no dia 5 de novembro de 2015, sob responsabilidade da empresa Samarco Mineração S.A.

### Objetivos específicos

- Mapear os garimpeiros tradicionais dos municípios de Mariana, Barra Longa e Acaiaca.
- Consolidar o conhecimento acumulado e disponível sobre as comunidades tradicionais e o processo de reparação em curso dos municípios de Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado e o distrito de Chopotó em Ponte Nova.
- Sistematizar e consolidar danos e perdas provocadas pelo rompimento da barragem de Fundão.
- Estabelecer projetos, ações e medidas de reparação coletiva dos danos e perdas sofridos.
- Elaborar Planos de Ações e Projetos para reparação de faiscaidores, garimpeiros tradicionais e pescadores artesanais.
- Assegurar que a definição dos faiscaidores e dos garimpeiros tradicionais seja feita exclusivamente pelo critério de autoidentificação coletiva, conforme preconiza a Convenção nº. 169 da OIT, e das diretrizes do decreto federal 6.040/2007, lei estadual 21.147/2014.
- Garantir a participação dos faiscaidores, garimpeiros tradicionais e pescadores artesanais e na elaboração dos Planos de Ações e Projetos.

## Metodologia de Trabalho

A atuação com povos e comunidades tradicionais requer uma abordagem sensível e participativa, que leve em consideração suas culturas, valores e formas de organização social. Dado que o público-alvo desse Plano de Trabalho

se enquadra nesse segmento da população, conforme as diretrizes legais e princípios do Termo de Transação de Ajustamento de Conduta (TTAC), é imperativo que eles sejam ativos nos processos de reparação integral. Desta forma, as metodologias e técnicas de pesquisa que descreveremos a seguir têm como pressuposto a participação em todas as etapas do processo e a disseminação constante de informações entre o grupo social atingido.

## Técnicas de Investigação e Participação Social

### PESQUISA EM DADOS SECUNDÁRIOS

A consulta a dados secundários consiste no **levantamento e análise de informações já existentes**, provenientes de fontes oficiais, e que contribuirão para a caracterização da população atingida. Entre as possíveis fontes de informação a serem consultadas estão o Poder Público local (prefeitura e suas secretarias), o IBGE, o Ipea, o MEC/Inep, o DATASUS, informações levantadas pelos experts do Ministério Público Federal (FGV, Ramboll e Lactec), além de registros históricos, laudos técnicos e produções acadêmicas do próprio acervo gerado ao longo do processo de reparação, citados no Termo de Referência 01/2020/CTIPCT/CIF.

### MÉTODO ETNOGRÁFICO

O método etnográfico (Firth,1974; Geertz, 1978; Wagner, 2010; Peirano, 1992)<sup>5</sup> consiste em um conjunto de técnicas por meio das quais se faz uma **análise profunda do cotidiano de uma comunidade**.

O intuito da realização de uma etnografia junto ao coletivo de fiscores, pescadores artesanais e garimpeiros tradicionais é obter elementos necessários para uma **análise pormenorizada de aspectos próprios deste coletivo** baseada na **convivência ativa** com o grupo estudado, o que será realizado a partir da variação do método conhecida como "incursões etnográficas", que se referem a entradas pontuais e diretas para acompanhar atividades específicas que sejam apontadas pelos interlocutores de pesquisa como cruciais para o entendimento do seu ofício e do seu modo de vida.

5 GEERTZ, Clifford (1978) A interpretação das culturas, Rio de Janeiro, Zahar

WAGNER, Roy. (2010), A invenção da cultura. São Paulo: Cosac Naify.

PEIRANO, Mariza (1992), "A favor da etnografia". Série Antropologia, n. 130, pp. 1-21

FIRTH, Raymond (1974), "O significado da Antropologia Social". In: FIRTH, R. Elementos de Organização Social. Rio de Janeiro: Zahar, 1ª Ed. Pp. 19-57

### ENTREVISTAS EM PROFUNDIDADE E HISTÓRIA ORAL

A realização das Entrevistas em Profundidade tem como intuito explorar assuntos, aprofundar temáticas, descrever processos e fluxos, identificar problemas, detalhar padrões e obter interpretações sobre as lideranças, sua comunidade e todo o ambiente que o cerca.

Já a metodologia de História Oral consiste na realização de entrevistas com indivíduos que testemunham sobre acontecimentos, conjunturas, instituições, modos de vida ou outros aspectos da história. As entrevistas são tomadas como fontes para a compreensão do passado, ao lado de documentos escritos, imagens e outros tipos de registro. A escolha dos sujeitos que serão convidados a participar da pesquisa será feita em conjunto com as lideranças, sendo que o objetivo é que o grupo de entrevistados seja o mais heterogêneo possível.

O uso dessas técnicas busca subsidiar a leitura sobre o ofício em questão e subsidiar a construção do tanto do Plano de Reparações quando do Mapeamento Sociodemográfico, trazendo elementos transversais para a compreensão do território e sua população.

### METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS DE PESQUISA

Metodologias participativas de pesquisa e diagnóstico serão mobilizadas ao longo deste Projeto, de modo a garantir a plena participação da comunidade em todas as etapas do processo. As técnicas serão aplicadas de acordo com perfil dos participantes (idade, gênero, escolaridade) o contexto (se ambiente de conflito ou não), quantidade de pessoas e os objetivos do encontro. São exemplos de técnicas participativas de diagnóstico:

- Cartografia social;
- Rodas de conversa temática;
- Painéis colaborativos;
- Caminhamentos e trajetórias narradas.

### DIÁLOGO SOCIAL PARA PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL

Serão implementadas ações de Diálogo Social, fundamentadas em uma perspectiva de interação e participação dos entes comunitários, na finalidade de apresentar, adequar, validar e obter aprovação dos moradores acerca dos procedimentos de pesquisa realizados, bem como coletar informações importantes para o trabalho. Ademais, a prática do Diálogo Social, ativamente presente neste território, busca promover uma maior aproximação entre a consultoria e a população; e busca criar e manter um ambiente pautado na participação dos públicos de interesse, na transparência e na cooperação.

Serão realizadas consultas periódicas e participativas junto à comunidade para pactuação das linhas de ação e apresentação dos resultados alcançados.

## GEORREFERENCIAMENTO E CARTOGRAFIA

Este procedimento envolve o mapeamento detalhada dos usos e ocupação do território, com uma avaliação que abrange várias áreas, como questões socioeconômicas, ambientais, culturais e políticas que possam ter afetado a organização do território. Nossa equipe técnica elaborará os mapas dos territórios em questão, tornando os dados levantados visualmente e geograficamente acessíveis.

## Descrição das atividades técnicas

Nesta seção, apresentamos a descrição das atividades que compõe a Elaboração de Plano de Ações e Projetos para reparação aos danos causados pelo rompimento da barragem do Fundão, tendo como público-alvo os fazedores e pescadores artesanais dos municípios de Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado e o distrito de Chopotó em Ponte Nova (aqui denominado T1) e o Mapeamento Sociodemográfico e Plano de Ações de Projetos para os garimpeiros tradicionais no território de Barra Longa, Mariana e Acaiaca (denominados T2).

### Resumo das etapas e Atividades a serem desenvolvidas

#### Território 1 (T1) – Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado e Chopotó, em Ponte Nova

1. Preparação do Trabalho;
2. Validação do Plano de Trabalho e Autorização Comunitária;
3. Consolidação dos danos e perdas sofridos pelos atingidos pertencentes às comunidades tradicionais de Fazedores e Pescadores Artesanais;
4. Elaboração de Programas e Projetos Para Reparação Integral dos danos e perdas sofridos pelos atingidos pertencentes às comunidades tradicionais de Garimpeiros Tradicionais, Fazedores e Pescadores Artesanais;
5. Detalhamento e Consolidação do Plano de Ações para Reparação Integral dos danos e perdas sofridos pelos atingidos pertencentes às comunidades tradicionais de Garimpeiros Tradicionais, Fazedores e Pescadores Artesanais;
6. Consulta para validação das comunidades.

#### Território 2 (T2) – Mariana, Barra Longa e Acaiaca

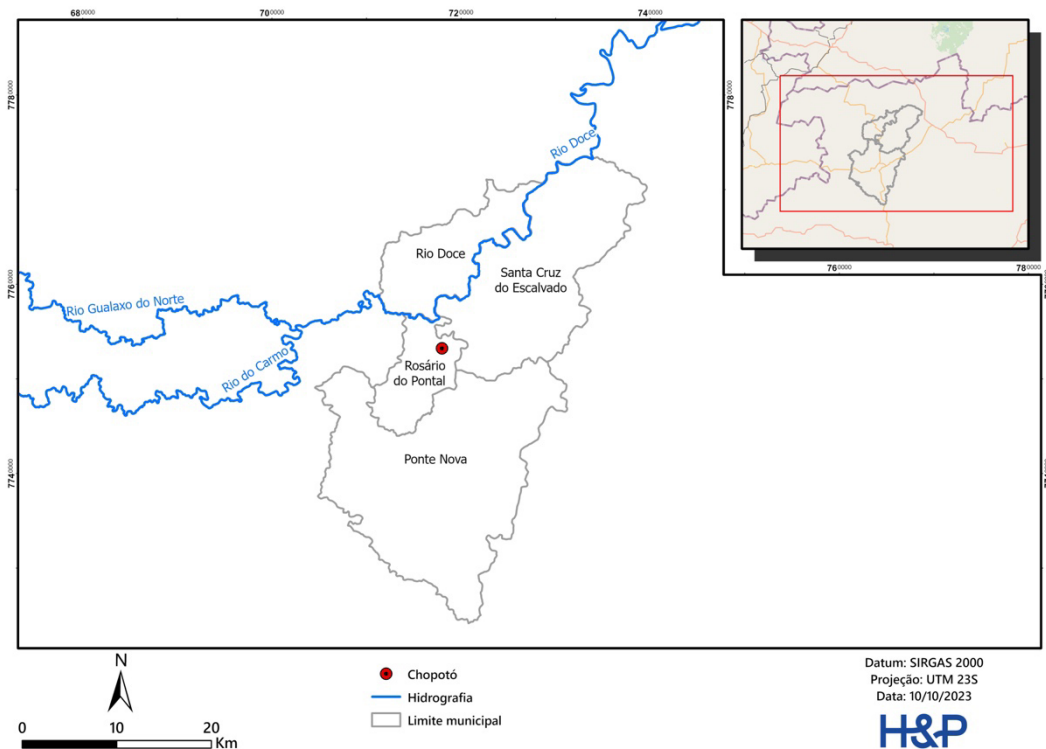
1. Preparação do Trabalho;
2. Validação do Plano de Trabalho e Autorização Comunitária;
3. Mapeamento das Comunidades de Garimpeiros Tradicionais de T2;
4. Consolidação dos danos e perdas sofridos pelos atingidos pertencentes às comunidades tradicionais de Garimpeiros Tradicionais de T2;

5. Elaboração de Programas e Projetos Para Reparação Integral dos danos e perdas sofridos pelos atingidos pertencentes às comunidades tradicionais de Garimpeiros Tradicionais de T2;
6. Detalhamento e Consolidação do Plano de Ações para Reparação Integral dos danos e perdas sofridos pelos atingidos pertencentes às comunidades tradicionais de Garimpeiros Tradicionais de T2;
7. Consulta para validação das comunidades.

A seguir, cada um dos capítulos e eixos são detalhados.

## Território 1: Faiscadores e Pescadores Artesanais de Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado e Chopotó

Figura 2. Território 1 (T1) os territórios de Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado e no distrito de Chopotó, em Ponte Nova.



Fonte: H&P. Elaboração própria.

O denominado Território 1 (T1) compreende as comunidades de faiscadores e pescadores artesanais localizadas nos municípios de Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado e no distrito de Chopotó, em Ponte Nova. A estratégia de entrada da H&P neste território considerará o mapeamento já realizado pela Fundação Renova, assim como as bases de dados e estudos de referência disponibilizados pela contratante. O Plano de Ações para projetos e programas que promovam a reparação dos danos causados a essas comunidades a ser elaborado terá

como base os estudos já realizados e o conteúdo das oficinas participativas a serem realizadas com os comunitários. Sua versão final também deverá ser validada com o grupo atingido, de modo a garantir a participação social das pessoas atingidas na condução da pesquisa.

### 1. Preparação do Trabalho

-> **Enquadramento Técnico:** Levantamento e análise prévia de informações sobre o público, provenientes de fontes secundárias; organização de recursos, logística e dinâmica operacional do trabalho de campo e consolidação desses esforços iniciais em Plano de Trabalho a ser encaminhado ao órgãos competentes (expresso neste documento).

### 2. Validação do Plano de Trabalho e Autorização Comunitária

-> **Enquadramento Técnico:** Este contato introdutório será realizado por meio das seguintes atividades:

- **Abordagem de Aproximação:** tratativas introdutórias, in loco e/ou à distância, juntamente com representantes da CT- IPCT, com o objetivo de inaugurar o relacionamento com atores sociais de destaque com o objetivo de apresentar o escopo geral e as etapas da pesquisa, assim como uma primeira versão do Plano de Trabalho.

- **Reunião de Validação do Plano de Trabalho e Obtenção de Autorização Comunitária:** realização de encontro ampliado com membros das comunidades pesquisadas para validação do Plano de Trabalho, esclarecimento de dúvidas, absorção de sugestões e pactuação da dinâmica de desenvolvimento das ações previstas.

Os resultados destas duas atividades devem permitir a revisão do Plano de Trabalho e a consolidação de uma versão final do documento, validada pelas partes interessadas.

### 3. Consolidação dos danos e perdas sofridos pelos atingidos pertencentes às comunidades tradicionais de Faiscadores e Pescadores Artesanais

-> **Enquadramento Técnico:** Esta etapa visa consolidar em um documento informações de fontes secundárias referentes a Danos e Perdas sofridos pelos públicos-alvo da pesquisa. Serão também elencadas por meio deste processo as ações de resposta e reparatórias já conduzidas pela Fundação Renova nos territórios alvo do trabalho após o rompimento.

Este processo incluirá a análise do acervo documental disponibilizado pela Fundação Renova e a coleta de dados em outras fontes, como a Matriz de Danos das Assessorias Técnicas, o relatório do Projeto Rio Doce da Fundação Getúlio Vargas, estudos de universidades parceiras e grupos de estudos, Instituto de Pesquisa Econômicas, entre outros. Essas informações são essenciais para entender os impactos socioeconômicos nas comunidades tradicionais envolvidas neste estudo.

O trabalho de consolidação das informações deverá contemplar as seguintes dimensões:

- Impactos ambientais decorrentes do rompimento (derramamento e da permanência do rejeito de minério nos meios físico e biótico) e sua relação com o comprometimento da reprodução física, cultural, social e econômica dos públicos-alvo;
- Danos e prejuízos do rompimento à organização cultural, social, política e econômica, considerando as perspectivas de gênero, raça, geracionais e dos grupos internos em que se apoia a organização social das comunidades pesquisadas;
- Danos e prejuízos do rompimento às atividades produtivas, à renda, ao trabalho e à subsistência das comunidades pesquisadas, incluindo a questão da segurança alimentar;
- Danos e prejuízos do rompimento às atividades culturais dos públicos-alvo da pesquisa;
- Danos e prejuízos do rompimento à rotina, ao lazer e ao acesso das comunidades tradicionais do território a equipamentos e serviços públicos essenciais (saúde, educação, assistência social etc.) na perspectiva de curto, médio e longo prazos.
- Danos e prejuízos do rompimento à saúde física e mental dos membros das comunidades tradicionais do território.
- Danos e prejuízos do rompimento à dinâmica social causadas pelas ações de reparação em curso.
- Impactos do desastre sobre a identidade das comunidades tradicionais do território.
- Outras informações que possam revelar e ou qualificar danos e perdas das comunidades tradicionais atingidas pelo desastre.

Ainda, de acordo com o referido Termo de Referência vinculado a este trabalho, a consolidação dos danos socioeconômicos deverá passar por análise de completude técnica e participativa, sobretudo quanto aos impactos ambientais até então pouco mensurados, de forma a identificar eventuais lacunas e incongruências e a necessidade de complementações, ajustes e atualizações.

**Integram o acervo já identificado:**

- Documentos da Governança - Notas técnicas produzidas pelas Câmaras Técnicas e Deliberações do CIF;
- Mapeamento dos Faiscadores e Demais Povos e Comunidades Tradicionais Impactados de Mariana, Barra Longa, Santa Cruz do Escalvado, Rio Doce e Ponte Nova (Costa, UFMG, 2020);
- Plano de Desenvolvimento Territorial Integrado - Ações estruturantes para Comunidades atingidas desenvolvido pelas Comissões de Atingidos de Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado e comunidade de Chopotó (município de Ponte Nova) e Assessoria Técnica Independente Centro Rosa Fortini;
- Estudos e análises produzidos pelos experts do Ministério Público (Lactec, Ramboll, FGV) e pelos próprios povos e comunidades tradicionais atingidos por meio de suas assessorias técnicas;
- TAC Fazenda Floresta, município de Rio Doce.
- Processo de regularização ambiental das obras de dragagem e disposição de rejeitos na Fazenda Floresta e recuperação das margens e setores do Trecho 12;
- Produção acadêmica e científica e documentos públicos sobre o território e/ou sobre o rompimento;

#### **4. Elaboração de Programas e Projetos para Reparação Integral dos danos e perdas sofridos pelos atingidos pertencentes às comunidades tradicionais de Faiscadores e Pescadores Artesanais**

-> **Enquadramento Técnico:** Elaboração, por meio de Oficinas Participativas, de um Plano de Ações e Projetos para reparação dos danos e perdas sofridos pelos públicos-alvo situados em TI, contendo ações e medidas prioritárias para a reparação dos Danos e Perdas identificados nas etapas anteriores da pesquisa.

Os programas e projetos deverão se apoiar nos eixos estratégicos previstos nas Diretrizes para a Implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, a saber: (i) Acesso aos Territórios Tradicionais e aos Recursos Naturais; (ii) Infraestrutura; (iii) Inclusão Social, Direitos Humanos e Cidadania; e (iv) Fomento e produção sustentável. Para o desenvolvimento dos Plano, prevemos as seguintes etapas:

- **Inserções Prévias em Campo:** a realização das oficinas com as comunidades será precedida de duas inserções a campo, com duração de dois dias cada, para preparação das atividades e mobilização das comunidades. As atividades serão importantes para engajamento dos públicos nas oficinas, orientação quanto à participação e dinâmica do encontro e captação de informações sensíveis sobre o território e posicionamento dos atores que contribuam para a preparação das oficinas e antecipação de riscos.
- **Execução das Oficinas:** serão promovidas sete oficinas neste território, sendo três no município de Rio Doce, três em Santa Cruz do Escalvado e uma no distrito de Chopotó. Cada oficina terá a duração de dois a quatro dias, divididos em períodos de 4 horas no período que melhor atender às dinâmicas das comunidades. A carga horária total de cada oficina será de 16h.

## 5. Detalhamento e Consolidação do Plano de Ações para Reparação Integral dos danos e perdas sofridos pelos atingidos pertencentes às comunidades tradicionais de Faiscadores e Pescadores Artesanais

-> **Enquadramento Técnico:** Atividade de escritório que engloba a elaboração detalhada do Plano de Ações e Projetos para Reparação Integral dos danos e perdas sofridos pelos atingidos pertencentes às comunidades tradicionais de Faiscadores e Pescadores Artesanais. No documento será apresentado o detalhamento dos programas e projetos voltado à reparação integral dos danos causados com nexos causal inferido em relação ao rompimento da barragem de Fundão. O documento final incorporará informações e sugestões comunitárias obtidas durante as Oficinas Participativas e provenientes de outras fontes (primárias e secundárias) acessadas ao longo do trabalho. Será fundamental avaliar se essas ações e medidas consideram a mitigação dos riscos associados à implementação dos programas, bem como sua integração com outras iniciativas da Fundação Renova.

Para garantir a completude das informações, as ações e projetos definidos o Plano deve conter, no mínimo: (i) introdução; (ii) justificativa; (iii) objetivos geral e específicos; (iv) escopo, (v) ações previstas; (vi); (vii) orçamento; (viii) equipe técnica; (ix) responsabilidades de execução; e (x) cronograma e indicadores de monitoramento de execução e de aprimoramento das ações.

Vale dizer, ainda, que as ações e projetos previstos no Plano devem ter suas ações e medidas detalhadas em nível compatível com sua imediata execução, seja de curto, médio ou longo prazo. Todo esse desenho será realizado, também,

em linguagem clara e objetiva a fim de ampliar a sua compreensão e ampliação de sua utilização pelas comunidades. Por fim, destaca-se que o Plano de Ações e Projetos deve apresentar como um de seus itens um mecanismo de controle social para que os povos e comunidades tradicionais atingidos acompanhem as etapas de execução e realizem a gestão das ações voltadas à reparação dos danos e perdas.

## 6. Consulta para Validação das Comunidades

-> **Enquadramento Técnico:** Após a elaboração da versão inicial do Plano, com a consolidação das Ações e Projetos definidos para o contexto de cada comunidade tradicional, o documento será apresentado às respectivas comunidades para validação das entregas.

- Mobilização dos Moradores: para tanto, será realizada a mobilização das comunidades e das lideranças comunitárias e atores-chave consultados, para que atuem de maneira a multiplicar a mobilização para outras comunidades a fim de que o maior número de atingidos participe das oficinas devolutivas.
- Reuniões de Validação do Plano: feita a mobilização, serão realizadas as reuniões para validação do documento, sendo duas em Rio Doce, duas em Santa Cruz do Escalvado e uma em Chopotó. A H&P será responsável por toda a estrutura necessária para realização das oficinas e pelo transporte dos participantes, assim como pela mobilização para participação nas reuniões.

## Metas e resultados esperados

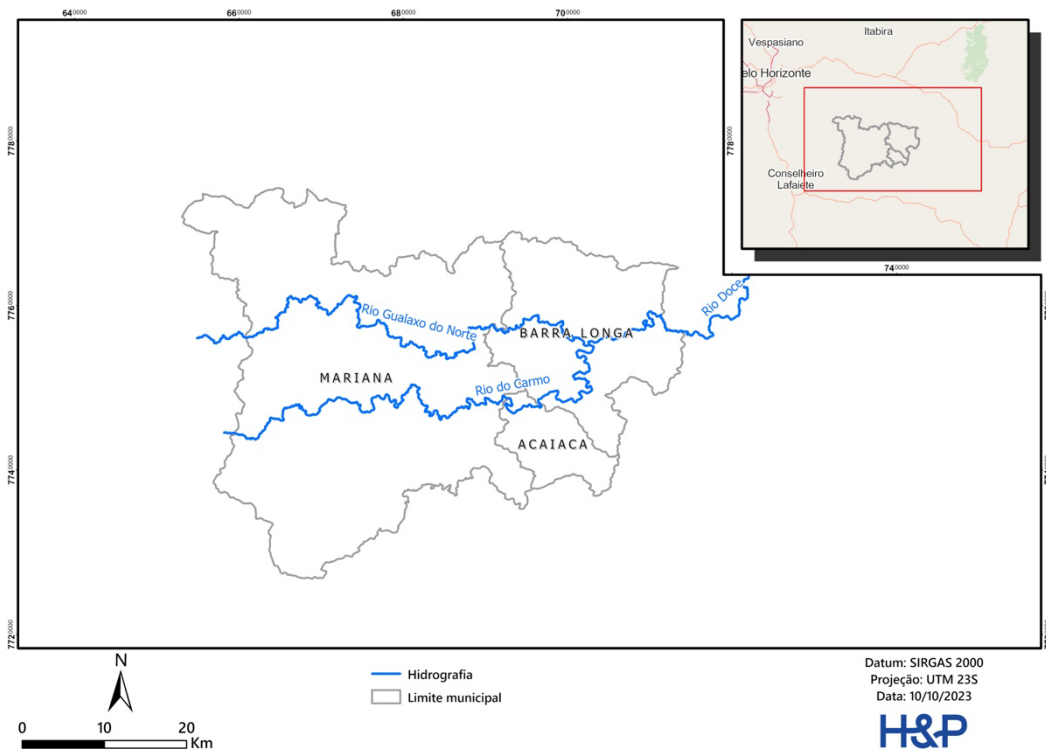
AÇÕES	METAS/ RESULTADOS	INDICADORES
Validação do Plano de Trabalho	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realizar reuniões de apresentação da equipe e de uma primeira versão do Plano de trabalho com cada uma das comunidades identificadas em TI,</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atas das reuniões de apresentação da equipe e Plano de trabalho às comunidades tradicionais;</li> <li>• Registro fotográfico das reuniões de apresentação do Plano de trabalho e equipe às comunidades tradicionais;</li> <li>• Material de divulgação das atividades de consulta às comunidades produzido em linguagem acessível.</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Obter a aprovação do Plano de Trabalho.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ofício de aprovação do Plano de Trabalho, endereçado à Consultoria e a empresa responsável, autorizando o início do processo de Relacionamento com a Comunidade (RC).</li> </ul>

<b>Mobilização e obtenção de autorização comunitária</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pactuar os métodos e estratégias de trabalho por meio de duas reuniões junto às comunidades: 1) de aprovação do Plano de Trabalho e 2) de apresentação da equipe e realização de ajustes metodológicos;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Registros fotográficos das reuniões;</li> <li>• Atas das reuniões realizadas.</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Produzir o engajamento dos públicos em termos de sua diversidade constitutiva (diferentes gêneros, faixas etárias, núcleos familiares etc.)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lista de presença das reuniões</li> </ul>
<b>Consolidação dos danos e perdas sofridos pelos atingidos pertencentes às comunidades tradicionais de Faiscadores e Pescadores Artesanais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Agregar informações disponíveis em múltiplas bases de dados sobre o objeto da pesquisa e realizar eventuais atualizações e complementações das informações coletadas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Documento descritivo contendo a forma de mobilização do público e as atividades de consulta junto às comunidades;</li> <li>• Ata das reuniões de consulta nas comunidades tradicionais;</li> <li>• Registro visual;</li> <li>• Cronograma de cumprimento das datas acordadas no Plano de Trabalho, contendo atividades previstas e realizadas e as datas das próximas atividades.</li> </ul>
<b>Elaboração do Plano de Ações com Programas e Projetos Para Reparação Integral dos danos e perdas sofridos pelos atingidos pertencentes às comunidades tradicionais de Faiscadores e Pescadores Artesanais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Propor, por meio das Oficinas Participativas junto à comunidade, Programas e Projetos com finalidade reparatória, contendo a apresentação de cada um deles, seu escopo principal, objetivos específicos e atividades vinculadas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Documento descritivo contendo a metodologia de mobilização comunitária para realização das Reuniões de Consulta junto às comunidades;</li> <li>• Relatório descritivo das Oficinas Participativas;</li> <li>• Registro fotográfico das Oficinas Participativas;</li> <li>• Cronograma de cumprimento das datas acordadas no produto 1, atividades previstas e realizadas e datas das próximas atividades.</li> </ul>
<b>Detalhamento e Consolidação do Plano de Ações para Reparação Integral dos danos e perdas sofridos pelos atingidos pertencentes às comunidades tradicionais de Faiscadores e Pescadores Artesanais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Descrever, em modelo executivo, as ações contidas nos Programas e Projetos propostos na etapa anterior visando um detalhamento compatível com sua imediata execução, em curto, médio ou longo prazo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Plano de Ações para Reparação Integral.</li> </ul>
<b>Consulta para Validação das Comunidades</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Obter a aprovação do Plano de Ações para Reparação Integral por todas as partes interessadas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Material em linguagem acessível para divulgação dos resultados das consultas;</li> <li>• Ata das reuniões de consulta nas comunidades tradicionais de Faiscadores e Pescadores;</li> <li>• Registro visual;</li> </ul>

		<ul style="list-style-type: none"> <li>Material em linguagem acessível para divulgar o resultado final, ou seja, o detalhamento das Plano de Ação para Reparação Integral das Comunidades Tradicionais.</li> </ul>
--	--	--

## Território 2: Garimpeiros Tradicionais de Mariana, Barra Longa e Acaiaca

Figura 3. Território 2 (T2) contempla os garimpeiros tradicionais de Mariana, Barra Longa e Acaiaca



Fonte: H&P. Elaboração própria.

O Território 2 (T2) contempla os garimpeiros tradicionais de Mariana, Barra Longa e Acaiaca. Através de abordagens de aproximação adequadas, esse público poderá conceder autorização para o início do trabalho da H&P no território, que partirá do mapeamento participativo da totalidade do grupo. Realizado o mapeamento, serão desenvolvidas atividades de levantamento dos danos e perdas sofridos e elaboração do Plano de Ações. Ressalta-se que o pilar central do trabalho é a garantia da participação social desses grupos, que serão envolvidos nos diversos processos de tomada de decisões.

### 1. Preparação do Trabalho

-> **Enquadramento Técnico:** Levantamento e análise prévia de informações sobre o público, provenientes de fontes secundárias; organização de recursos, logística e dinâmica operacional do trabalho de campo e consolidação desses esforços iniciais em Plano de Trabalho a ser encaminhado ao órgãos competentes (expresso neste documento).

## 2. Contato Introdutório para validação do Plano de Trabalho e Obtenção da Autorização Comunitária

-> **Enquadramento Técnico:** Este contato introdutório será realizado por meio das seguintes atividades:

- **Abordagem de Aproximação:** tratativas introdutórias, in loco e/ou à distância, juntamente com representantes da CT- IPCT, com o objetivo de inaugurar o relacionamento com atores sociais de destaque com o objetivo de apresentar o escopo geral e as etapas da pesquisa, assim como uma primeira versão do Plano de Trabalho.

- **Reunião de Validação do Plano de Trabalho e Obtenção de Autorização Comunitária:** realização de encontro ampliado com membros das comunidades pesquisadas para validação do Plano de Trabalho, esclarecimento de dúvidas, absorção de sugestões e pactuação da dinâmica de desenvolvimento das ações previstas.

Os resultados destas duas atividades devem permitir a revisão do Plano de Trabalho e a consolidação de uma versão final do documento, validada pelas partes interessadas.

## 3. Mapeamento das Comunidades de Garimpeiros Tradicionais de T2.

-> **Enquadramento Técnico:** O objetivo principal desta etapa da pesquisa é mapear os garimpeiros tradicionais situados nos municípios de Mariana, Barra Longa e Acaiaca, para descrever melhor suas dinâmicas de atuação e a relação com os danos, assim como identificar oportunidades e desafios específicos relacionados a este contexto de inserção. **É importante destacar que a definição dos garimpeiros tradicionais será feita principalmente com base no critério de autoidentificação coletiva**, conforme preconiza a Convenção nº. 169 da OIT e as diretrizes do Decreto Federal 6.040/2007 e da Lei Estadual 21.147/2014. Isso garantirá que o sujeito afetado tenha autonomia para se identificar como parte desses grupos, sendo reconhecido pelos demais. A elaboração do mapeamento seguirá as seguintes etapas:

### 3.1. Contato Prévio com as Comunidades

Por meio de incursão inicial a campo, a equipe da H&P fará o reconhecimento das regiões e fará contato com lideranças comunitárias e organizações externas relacionadas aos garimpeiros tradicionais que atuam com ações e programas voltados à proteção e apoio técnico deste público. Por meio destes contatos serão definidas, com total protagonismo das lideranças, as metodologias de trabalho mais adequadas para o desenvolvimento do Mapeamento assim como as estratégias de mobilização que irão garantir a participação qualificada e informada dos garimpeiros tradicionais.

### 3.2. Diagnóstico Preliminar das Comunidades

Com o propósito de identificar as comunidades de garimpeiros tradicionais e reconhecer o território onde ocorrerá a pesquisa, será conduzido um Diagnóstico Prévio das Comunidades. Este diagnóstico se baseará em uma revisão de literatura e de outros documentos pertinentes que abordem temas relacionados a povos e comunidades tradicionais, vida no campo, relações étnicas e raciais, legislação de proteção e amparo de Povos e Comunidades Tradicionais. Isso incluirá teses, dissertações, monografias e relatórios técnicos previamente produzidos sobre a região e as comunidades de garimpeiros artesanais. Essa atividade se baseará principalmente em informações secundárias, provenientes de fontes oficiais e confiáveis. A análise abrangerá dois blocos analíticos principais:

- **Caracterização Sociodemográfica:** Serão consultadas fontes de dados públicos, como IBGE, Finbra, Rais/Caged, MEC/Inep e DataSUS, para criação de um painel com indicadores sociais relevantes para a pesquisa.
- **Histórico e Dinâmica Sociocultural:** serão consultados estudos acadêmicos (teses, dissertações, monografias, artigos científicos) e outros estudos e laudos técnicos já produzidos, além de registros cartográficos e documentos cartoriais sobre a região de atuação do projeto. Serão utilizados documentos do Pnud, Ipea, INCRA, entre outras; além disso, serão consultados órgãos e instituições oficiais, como Poder Público local (prefeituras e suas secretarias).

O Diagnóstico Preliminar permitirá a criação de um quadro geral, fornecendo uma compreensão inicial das áreas onde estão localizadas as comunidades que serão objeto deste estudo. Isso servirá como base para as etapas subsequentes da pesquisa.

### 3.2. Elaboração dos Instrumentos de Pesquisa

Em paralelo, a equipe técnica da H&P construirá os instrumentos da pesquisa quantitativa e qualitativa que serão utilizados na realização do mapeamento.

Os instrumentos serão apresentados à equipe da Fundação Renova, para análise e validação.

### 3.3. Oficinas sobre Povos e Comunidades Tradicionais

Realização das Oficinas sobre Povos e Comunidades Tradicionais para (i) dimensionamento do campo; (ii) construção de agenda para levantamentos de campo; e (iii) consequente cadastramento dos garimpeiros tradicionais e suas respectivas famílias.

As oficinas têm como objetivo apresentar informações sobre os direitos individuais e coletivos dos Povos e Comunidades Tradicionais, bem como o aparato institucional responsável por sua proteção. Além disso, abordarão as políticas públicas disponíveis para fortalecer e preservar os modos de vida comunitários. Espera-se, ainda, que a narrativa a respeito da identidade dos garimpeiros tradicionais seja melhor definida através dessas discussões coletivas.

Nesta etapa, planeja-se realizar seis oficinas sobre povos e comunidades tradicionais: duas em Barra Longa, duas em Acaiaca e duas em Mariana (a distribuição das oficinas no território poderá ser ajustada conforme levantamentos preliminares indicarem necessidade). Cada oficina terá a duração de dois dias, divididos em períodos de 4 horas, de acordo com a conveniência das comunidades. A carga horária total das oficinas será de 16 horas.

Ao término das oficinas, serão elaboradas e assinadas as atas de autorreconhecimento coletivo da categoria de garimpeiros tradicionais, contendo nome, CPF e informações de contato. As pessoas convidadas para as oficinas deverão ser previamente identificadas pelas lideranças locais.

### 3.4. Coleta de dados em campo

Serão realizados trabalhos de campo para coletar os dados necessários destinados ao mapeamento das comunidades de garimpeiros tradicionais. A coleta incluirá a aplicação de questionários quantitativos e entrevistas semiestruturadas, bem como a criação de mapas e a execução do georreferenciamento dos territórios.

Estima-se um total de dez incursões a campo, cada uma com a duração de quatro dias de trabalho, para esta etapa (com uma média de 75 participantes pesquisados em cada incursão). Serão utilizados instrumentos de coleta de dados quantitativos, como questionários, e qualitativos, como roteiros de entrevistas.

Os dados quantitativos serão coletados a partir da aplicação de questionários e deverão ser processados para geração de relatórios.

Os dados quantitativos serão adquiridos por meio da aplicação de questionários e, posteriormente, serão processados para gerar relatórios. Os dados qualitativos serão coletados em campo durante discussões em grupo ou entrevistas com líderes comunitários e idosos das comunidades, utilizando gravadores digitais. Os áudios serão posteriormente transcritos. Esses dados serão utilizados para desenvolver estudos sobre os garimpeiros tradicionais nos municípios, abrangendo aspectos como a história da ocupação do território, os significados do território, a caracterização dos modos de vida, especialmente a prática do garimpo tradicional, e a transmissão dos conhecimentos associados a essa atividade, bem como informações sobre os impactos nos territórios em questão.

A coleta de pontos de GPS em cada comunidade/território incluirá as residências dos garimpeiros tradicionais que participaram das oficinas e assinaram as atas de autoidentificação, bem como os locais de trabalho indicados pelos entrevistados. Esses dados serão a base para a elaboração de mapas que identificarão a localização das comunidades tradicionais, os locais de trabalho tradicionais e as moradias.

Os dados coletados serão processados da seguinte maneira: (i) transcrição das entrevistas, (ii) tabulação dos dados dos questionários semiestruturados, (iii) descrição e análise dos dados, (iv) integração dos dados de georreferenciamento em uma base cartográfica, (v) criação de uma caracterização histórica, cultural e sociodemográfica das comunidades e (vi) elaboração de um relatório preliminar sobre o mapeamento dos garimpeiros tradicionais nos municípios de Mariana, Barra Longa e Acaiaca.

### **3.5. Oficina devolutiva**

Esta etapa do mapeamento tem como objetivo apresentar a versão final do relatório às comunidades, permitindo que eles expressem suas sugestões e comentários sobre os resultados. Após a complementação e validação dos resultados, que ocorrerá durante as oficinas devolutivas, o Relatório será consolidado.

A devolutiva dos resultados ocorrerá por meio de oficinas nas regiões inicialmente contempladas, com a estimativa de realização de seis delas: duas em Barra Longa, duas em Acaiaca e duas em Mariana (a distribuição das oficinas no território poderá ser ajustada). Cada oficina terá a duração de dois dias, divididos em períodos de 4 horas, respeitando a dinâmica das comunidades. A carga horária das oficinas será de 16 horas.

O Relatório Final do mapeamento será elaborado pela H&P, consolidando todos os dados coletados até o momento, e será concluído após a complementação e validação dos resultados realizada pelas comunidades de garimpeiros tradicionais do território.

#### **4. Consolidação dos danos e perdas sofridos pelos atingidos pertencentes às comunidades tradicionais de Garimpeiros Tradicionais.**

-> **Enquadramento Técnico:** Consolidação das informações referentes a Danos e Perdas sofridos pelos atingidos pertencentes às comunidades tradicionais de garimpeiros tradicionais a partir de pesquisa em documentos pertinentes e relevantes para a compreensão do contexto socioeconômico, cultural, ambiental, político e institucional local, bem como das consequências do rompimento da barragem de Fundão e das ações de resposta e reparação pós-desastre relacionadas aos territórios alvo do trabalho.

As informações e documentos disponíveis sobre o caso constituem uma parcela do acervo técnico para o entendimento dos danos socioeconômicos sofridos pelas pessoas atingidas, comunidades e povos sujeitos deste estudo. A Fundação Renova deverá disponibilizar toda a documentação possível para que a H&P realize este levantamento. O levantamento de dados em outras bases e fontes também será realizado de maneira a complementar as informações sobre as perdas e danos sofridos pelas comunidades tradicionais pesquisadas. São exemplos de acervos a Matriz de Danos das Assessorias Técnicas, dos Experts Contratados pelo Ministérios Públicos (como o Projeto Rio Doce da FGV), das Universidades parceiras e grupos de estudos e do IPEA.

O levantamento deverá contemplar:

Impactos ambientais decorrentes do rompimento (derramamento e da permanência do rejeito de minério nos meios físico e biótico) e sua relação com o comprometimento da reprodução física, cultural, social e econômica dos públicos-alvo;

- Danos e prejuízos do rompimento à organização cultural, social, política e econômica, considerando as perspectivas de gênero, raça, geracionais e dos grupos internos em que se apoia a organização social das comunidades pesquisadas;
- Danos e prejuízos do rompimento às atividades produtivas, à renda, ao trabalho e à subsistência das comunidades pesquisadas, incluindo a questão da segurança alimentar;

- Danos e prejuízos do rompimento às atividades culturais dos públicos-alvo da pesquisa;
  - Danos e prejuízos do rompimento à rotina, ao lazer e ao acesso das comunidades tradicionais do território a equipamentos e serviços públicos essenciais (saúde, educação, assistência social etc.) na perspectiva de curto, médio e longo prazos.
  - Danos e prejuízos do rompimento à saúde física e mental dos membros das comunidades tradicionais do território.
  - Danos e prejuízos do rompimento à dinâmica social causadas pelas ações de reparação em curso.
  - Impactos do desastre sobre a identidade das comunidades tradicionais do território.
- Outras informações que possam revelar e ou qualificar danos e perdas das comunidades tradicionais atingidas pelo desastre. A consolidação dos danos socioeconômicos envolve a análise técnica do vínculo entre o dano e o rompimento da barragem, assim como a avaliação do impacto na tradicionalidade das comunidades afetadas. Além disso, de acordo com o Termo de Referência deste trabalho, essa consolidação deve passar por uma análise de completude técnica e participativa, especialmente em relação a impactos ambientais eventualmente subdimensionados, a fim de identificar possíveis lacunas, inconsistências e a necessidade de ajustes ou atualizações. O acervo já identificado inclui:
- Documentos da Governança - Notas técnicas produzidas pelas Câmaras Técnicas e Deliberações do CIF;
  - Mapeamento dos Faiscadores e Demais Povos e Comunidades Tradicionais Impactados de Mariana, Barra Longa, Santa Cruz do Escalvado, Rio Doce e Ponte Nova (UFMG, 2020);
  - Plano de Desenvolvimento Territorial Integrado - Ações estruturantes para Comunidades atingidas desenvolvido pelas Comissões de Atingidos de Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado e comunidade de Chopotó (município de Ponte Nova) e Assessoria Técnica Independente Centro Rosa Fortini;
  - Estudos e análises produzidos pelos experts do Ministério Público (Lactec, Ramboll, FGV) e pelos próprios povos e comunidades tradicionais atingidos por meio de suas assessorias técnicas;
  - TAC Fazenda Floresta, município de Rio Doce.

- Processo de regularização ambiental das obras de dragagem e disposição de rejeitos na Fazenda Floresta e recuperação das margens e setores do Trecho T2;
- Produção acadêmica e científica e documentos públicos sobre o território e/ou sobre o Rompimento.

## 5. Elaboração de Programas e Projetos para Reparação Integral dos danos e perdas sofridos pelos atingidos pertencentes às comunidades tradicionais de garimpeiros tradicionais.

-> **Enquadramento Técnico:** Elaboração, por meio de Oficinas Participativas, de um Plano de Ações e Projetos para reparação dos danos e perdas sofridos pelos públicos-alvo situados em T2, contendo ações e medidas prioritárias para a reparação dos Danos e Perdas identificados nas etapas anteriores da pesquisa.

Os programas e projetos deverão se apoiar nos eixos estratégicos previstos nas Diretrizes para a Implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, a saber: (i) Acesso aos Territórios Tradicionais e aos Recursos Naturais; (ii) Infraestrutura; (iii) Inclusão Social, Direitos Humanos e Cidadania; e (iv) Fomento e produção sustentável. Para o desenvolvimento dos Plano, prevemos as seguintes etapas:

- **Inserções Prévias em Campo:** a realização das oficinas com as comunidades será precedida de duas inserções a campo, com duração de dois dias cada, para preparação das atividades e mobilização das comunidades. As atividades serão importantes para engajamento dos públicos nas oficinas, orientação quanto à participação e dinâmica do encontro e captação de informações sensíveis sobre o território e posicionamento dos atores que contribuam para a preparação das oficinas e antecipação de riscos.
- **Execução das Oficinas:** Serão promovidas sete oficinas neste território, sendo três no município de Mariana, três em Barra Longa e uma Acaiaca (essa distribuição poderá ser alterada). Cada oficina terá a duração de dois a quatro dias, divididos em períodos de 4 horas no período que melhor atender às dinâmicas das comunidades. A carga horária total de cada oficina será de 16h.

## 6. Detalhamento e Consolidação do Plano de Ações para Reparação Integral dos danos e perdas sofridos pelos atingidos pertencentes às comunidades tradicionais de garimpeiros tradicionais.

-> **Enquadramento Técnico:** Atividade de escritório que engloba a elaboração detalhada do Plano de Ações e Projetos para Reparação Integral dos danos e perdas sofridos pelos atingidos pertencentes às comunidades tradicionais de Garimpeiros Tradicionais. No documento será apresentado o detalhamento dos programas e projetos voltado à reparação integral dos danos causados com nexos causal inferido em relação ao rompimento da barragem de Fundão. O documento final incorporará informações e sugestões comunitárias obtidas durante as Oficinas Participativas e aquelas provenientes de outras fontes (primárias e secundárias) acessadas ao longo do trabalho. Será fundamental avaliar se essas ações e medidas consideram a mitigação dos riscos associados à implementação dos programas, bem como sua integração com outras iniciativas da Fundação Renova.

Para garantir a completude das informações, as ações e projetos definidos no Plano deve conter, no mínimo: (i) introdução; (ii) justificativa; (iii) objetivos geral e específicos; (iv) escopo, (v) ações previstas; (vi); (vii) orçamento; (viii) equipe técnica; (ix) responsabilidades de execução; e (x) cronograma e indicadores de monitoramento de execução e de aprimoramento das ações.

Vale dizer, ainda, que as ações e projetos previstos no Plano devem ter suas ações e medidas detalhadas em nível compatível com sua imediata execução, seja de curto, médio ou longo prazo. Todo esse desenho será realizado, também, em linguagem clara e objetiva a fim de ampliar a sua compreensão e ampliação de sua utilização pelas comunidades. Por fim, destaca-se que o Plano de Ações e Projetos deve apresentar como um de seus itens um mecanismo de controle social para que os povos e comunidades tradicionais atingidos acompanhem as etapas de execução e realizem a gestão das ações voltadas à reparação dos danos e perdas.

## 7. Consulta para Validação das Comunidades

-> **Enquadramento Técnico:** Após a elaboração da versão inicial do Plano, com a consolidação das Ações e Projetos definidos para o contexto de cada comunidade tradicional, o documento será apresentado às respectivas comunidades para validação das entregas.

- Mobilização dos Moradores: para tanto, será realizada a mobilização das comunidades e das lideranças comunitárias e atores-chave consultados, para que atuem de maneira a multiplicar a mobilização para outras comunidades a fim de que o maior número de atingidos participe das oficinas devolutivas.
- Reuniões de Validação do Plano: feita a mobilização, serão realizadas as reuniões para validação do documento, sendo duas em Mariana duas

em Barra Longa e uma em Acaiaca. A H&P será responsável por toda a estrutura necessária para realização das oficinas e pelo transporte dos participantes, assim como pela mobilização para participação nas reuniões.

### Metas e resultados esperados

Ações	Metas/ Resultados	Indicadores
<b>Validação do Plano de Trabalho</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Realizar reuniões de apresentação da equipe e de uma primeira versão do Plano de trabalho com cada uma das comunidades identificadas em T2,</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Atas das reuniões de apresentação da equipe e Plano de trabalho às comunidades tradicionais;</li> <li>Registro fotográfico das reuniões de apresentação do Plano de trabalho e equipe às comunidades tradicionais;</li> <li>Material de divulgação das atividades de consulta às comunidades produzido em linguagem acessível.</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Obter a aprovação do Plano de Trabalho.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ofício de aprovação do Plano de Trabalho, endereçado à Consultoria e a empresa responsável, autorizando o início do processo de Relacionamento com a Comunidade (RC).</li> </ul>
<b>Mobilização e obtenção de autorização comunitária</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Pactuar os métodos e estratégias de trabalho por meio de duas reuniões junto às comunidades: 1) de aprovação do Plano de Trabalho e 2) de apresentação da equipe e realização de ajustes metodológicos;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Registros fotográficos das reuniões;</li> <li>Atas das reuniões realizadas.</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Produzir o engajamento dos públicos em termos de sua diversidade constitutiva (diferentes gêneros, faixas etárias, núcleos familiares etc.)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Lista de presença das reuniões;</li> </ul>
<b>Mapeamento das Comunidades de Garimpeiros Tradicionais.</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Identificação e georreferenciamentos dos principais sujeitos autoidentificados como garimpeiros tradicionais de T2 e locais de atuação dos grupos pesquisados e de lugares de referência para a prática das atividades.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Base de dados de georreferenciamento;</li> <li>Registros fotográficos das campanhas de georreferenciamento.</li> <li>Ata de identificação coletiva dos garimpeiros tradicionais de T2.</li> </ul>

<p><b>Consolidação dos danos e perdas sofridos pelos atingidos pertencentes às comunidades tradicionais de Garimpeiros Tradicionais.</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Agregar informações disponíveis em múltiplas bases de dados sobre o objeto da pesquisa e realizar eventuais atualizações e complementações das informações coletadas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Documento descritivo contendo a forma de mobilização do público e as atividades de consulta junto às comunidades;</li> <li>• Ata das reuniões de consulta nas comunidades tradicionais;</li> <li>• Registro visual;</li> <li>• Cronograma de cumprimento das datas acordadas no Plano de Trabalho, contendo atividades previstas e realizadas e as datas das próximas atividades.</li> </ul>
<p><b>Elaboração do Plano de Ações com Programas e Projetos Para Reparação Integral dos danos e perdas sofridos pelos atingidos pertencentes às comunidades tradicionais de Garimpeiros Tradicionais.</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Propor, por meio das Oficinas Participativas junto à comunidade, Programas e Projetos com finalidade reparatória, contendo a apresentação de cada um deles, seu escopo principal, objetivos específicos e atividades vinculadas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Documento descritivo contendo a metodologia de mobilização comunitária para realização das Reuniões de Consulta junto às comunidades;</li> <li>• Relatório descritivo das Oficinas Participativas;</li> <li>• Registro fotográfico das Oficinas Participativas;</li> <li>• Cronograma de cumprimento das datas acordadas no produto 1, atividades previstas e realizadas e datas das próximas atividades.</li> </ul>
<p><b>Detalhamento e Consolidação do Plano de Ações para Reparação Integral dos danos e perdas sofridos pelos atingidos pertencentes às comunidades de garimpeiros tradicionais.</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Descrever, em modelo executivo, as ações contidas nos Programas e Projetos propostos na etapa anterior visando um detalhamento compatível com sua imediata execução, em curto, médio ou longo prazo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Plano de Ações para Reparação Integral.</li> </ul>
<p><b>Consulta para Validação das Comunidades</b></p>	<p>Obter a aprovação do Plano de Ações para Reparação Integral por todas as partes interessadas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Material em linguagem acessível para divulgação dos resultados das consultas;</li> <li>• Ata das reuniões de consulta nas comunidades tradicionais de garimpeiros tradicionais;</li> <li>• Registro visual;</li> <li>• Material em linguagem acessível para divulgar o resultado final, ou seja, o detalhamento das Plano de Ação para Reparação Integral.</li> </ul>

# Cronograma de Execução

Quadro 1. Cronograma de execução do Plano de Trabalho

ATIVIDADES	MESES DE EXECUÇÃO DO PROJETO																								
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	
<b>Território 1 (T1) - Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado e Chopotó, em Ponte Nova</b>																									
1. Preparação do Trabalho																									
2. Validação do Plano de Trabalho e Autorização Comunitária																									
3. Consolidação dos Danos e Perdas																									
4. Elaboração Programas e Projetos Para Reparação Integral dos danos e perdas																									
5. Detalhamento e Consolidação do Plano de Ações																									
6. Consulta para Validação das Comunidades																									
<b>Território 2 (T2) - Mariana, Barra Longa e Acaiaca</b>																									
1. Preparação do Trabalho																									
2. Validação do Plano de Trabalho e Autorização Comunitária																									
3. Mapeamento das Comunidades																									
3.1. Contato Prévio com as Comunidades																									
3.2. Diagnóstico Prévio das Comunidades																									
3.3. Elaboração dos Instrumentos de Pesquisa																									
3.4. Oficinas sobre povos e comunidades tradicionais																									
3.5. Coleta de dados em campo																									
3.6. Oficina devolutiva																									
4. Consolidação dos danos e perdas																									
5. Elaboração Programas e Projetos Para Reparação Integral dos danos e perdas																									



# Produtos

Ao longo da realização do trabalho pela H&P, a ser desenvolvido em observância a este Plano de Trabalho, serão gerados os seguintes produtos:

## **Território 1 (T1) - Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado e Chopotó, em Ponte Nova.**

### **Produto 1: Relatório de Consolidação dos danos e perdas sofridos pelos atingidos pertencentes às comunidades tradicionais de Faiscadores e Pescadores Artesanais do T1.**

A consolidação de informações relativas aos danos e perdas sofridos pelos atingidos, que fazem parte das comunidades tradicionais de faiscadores e pescadores artesanais, será realizada por meio de pesquisa em documentos relevantes para a compreensão do contexto socioeconômico, cultural, ambiental, político e institucional local. Isso também incluirá a análise das repercussões do rompimento da barragem de Fundão e das medidas de resposta e reparação pós-desastre adotadas nas áreas alvo deste trabalho, com o objetivo de subsidiar a elaboração do Produto 2.

### **Produto 2: Plano de Ações para Reparação Integral dos danos e perdas sofridos pelos atingidos pertencentes às comunidades tradicionais de Faiscadores e Pescadores Artesanais de T1.**

O Plano de Ações e Projetos deve conter informações abrangentes sobre os projetos desenvolvidos em colaboração com a comunidade deste território. Isso inclui uma introdução, justificativa, objetivos gerais e específicos, escopo, ações planejadas, orçamento, equipe técnica, responsabilidades de execução, cronograma e indicadores de monitoramento. Esses detalhes devem ser apresentados de maneira clara, de acordo com os prazos de execução, para facilitar a compreensão e utilização pelas comunidades.

Além disso, o Plano deve incorporar um mecanismo de controle social que permita aos povos e comunidades tradicionais afetados acompanhar e gerenciar a implementação das ações e medidas de reparação de danos e perdas. A participação ativa dos faiscadores e pesca artesanal será fundamental na elaboração desses planos. Suas vozes e necessidades desempenharão um papel central na garantia da eficácia das medidas de reparação e o atendimento das expectativas dos públicos-alvo.

### **Produto 3: Evidências e comprovações das atividades parciais.**

Durante a execução do projeto, será necessário fornecer à Fundação Renova e à Comissão de Acompanhamento da CT evidências e comprovações das atividades realizadas. Isso incluirá atas, listas de presenças e registros fotográficos, juntamente com um cronograma de acompanhamento que deverá ser entregue ao longo de todo o projeto.

## **Território 2 (T2) – Mariana, Barra Longa e Acaiaca**

### **Produto 4: Mapeamento das Comunidades de Garimpeiros Tradicionais de T2.**

O principal objetivo desta etapa da pesquisa é mapear os garimpeiros tradicionais nas regiões dos municípios de Mariana, Barra Longa e Acaiaca, visando a uma compreensão mais aprofundada da dinâmica dessas comunidades em relação ao processo de reparação em curso. É relevante enfatizar que a definição do ofício de garimpeiros tradicionais se baseará principalmente no critério de autoidentificação coletiva, conforme preconiza a Convenção nº. 169 da OIT, bem como nas diretrizes estabelecidas pelo Decreto Federal 6.040/2007 e pela Lei Estadual 21.147/2014. Isso garantirá que os indivíduos afetados tenham autonomia para se identificar como parte desses grupos, recebendo reconhecimento por parte dos demais.

### **Produto 5: Relatório de Consolidação dos danos e perdas sofridos pelos atingidos pertencentes às comunidades tradicionais de Garimpeiros Tradicionais de T2.**

Este relatório tem como finalidade consolidar informações relativas aos danos e perdas sofridos pelos atingidos das comunidades tradicionais de garimpeiros tradicionais e pescadores artesanais. Essas informações são obtidas por meio de pesquisa em documentos relevantes para a compreensão do contexto socioeconômico, cultural, ambiental, político e institucional local. O relatório também analisará as consequências do rompimento da barragem de Fundão e as medidas de resposta e reparação pós-desastre relacionadas aos territórios abrangidos pelo projeto, com o propósito de embasar a elaboração do Produto 6.

### **Produto 6: Plano de Ações para Reparação Integral dos danos e perdas sofridos pelos atingidos pertencentes às comunidades tradicionais de Garimpeiros Tradicionais de T2**

O Plano de Ações e Projetos deve conter informações abrangentes sobre os projetos desenvolvidos em colaboração com a comunidade deste território. Essas informações englobam introdução, justificativa, objetivos gerais e específicos, escopo, ações planejadas, orçamento, equipe técnica, responsabilidades de execução, cronograma e indicadores de monitoramento. Esses detalhes devem ser apresentados de maneira clara, alinhados aos prazos de execução, a fim de facilitar a compreensão e utilização pelas comunidades.

Adicionalmente, o Plano deve incorporar um mecanismo de controle social que permita aos povos e comunidades tradicionais afetados acompanhar e gerenciar a

implementação das ações e medidas destinadas à reparação de danos e perdas. A participação ativa dos garimpeiros tradicionais desempenhará um papel fundamental na elaboração dos Planos de Ações e Projetos. Suas vozes e necessidades serão centrais para assegurar a eficácia das medidas de reparação e o atendimento das expectativas dos públicos-alvo.

**Produto 7: Evidências e comprovações das atividades parciais.**

Durante a execução do projeto, será necessário fornecer à Fundação Renova e à Comissão de Acompanhamento da CT evidências e comprovações das atividades realizadas. Isso incluirá atas, listas de presenças e registros fotográficos, juntamente com um cronograma de acompanhamento que deverá ser entregue ao longo de todo o projeto.

# Informações sobre a Consultoria

A H&P possui 40 anos de atividades, em projetos para o poder público, médias e grandes empresas e organizações do terceiro setor, em mais de 600 municípios brasileiros. Para cumprir os objetivos dos seus projetos e oferecer os melhores resultados a seus clientes, a H&P adota um robusto sistema de gestão de suas operações, alinhado às boas práticas de gerenciamento corporativo.

## Organização e Estrutura

A H&P está sediada em Belo Horizonte (MG) e instalada em local adequado para o desenvolvimento de suas atividades, com área total de 630 m<sup>2</sup> distribuída em dois andares e em salas totalmente equipadas com estações de trabalho modernas. O escritório possui rede própria de comunicação interna de dados e telefonia certificadas e digitais, assim como equipamentos de processamento de dados e de comunicação de última geração. Conta, ainda, com licenças de softwares seguros para garantir a execução do trabalho e a construção compartilhada de conhecimento, com equipe treinada para a utilização do pacote Office 365 (SharePoint, OneDrive for Business, e-mail corporativo etc.).

A empresa atua em projetos em todo o território nacional e, além de Belo Horizonte, possui escritórios em Belém (PA), Mariana (MG), Barra Longa (MG), Ipatinga (MG), Governador Valadares (MG) e Linhares (ES), equipados com mobiliários e acesso à internet, além de equipamentos tecnológicos e rede seguros.

## Qualificação e Treinamento de Colaboradores

A estrutura organizacional da H&P é composta por profissionais contratados e consultores ad hoc, alocados a projetos específicos, sempre que necessário. A H&P tem uma equipe multidisciplinar, entre doutores, mestres e especialistas, que atuam em rede aplicando tecnologias de informação, comprometida com a qualidade técnica, a geração de resultados e a otimização de recursos.

A H&P reforça seu compromisso com o treinamento, a capacitação e o aperfeiçoamento continuado de seus colaboradores, baseadas nas práticas de diálogo e difusão de conhecimento utilizadas pela H&P em comunicação de resultados interna e externamente.

Para tanto, além de treinamentos técnicos focados nos temas e metodologias de seus projetos, a H&P possui Trilha de Ambientação obrigatória de todos os novos colaboradores, com objetivo de apresentar nossa estrutura organizacional, cultura institucional, valores, visão, missão e jeito de trabalhar; promover integração entre equipes; disponibilizar de informações sobre as ações de responsabilidade social da H&P; reforçar políticas e normativas de conformidade.

Sempre que pertinentes, em especial nas atividades de campo, também são realizados os Diálogos de Saúde e Segurança (DSS), rotina periódica da área de Saúde e Segurança do Trabalho.

## Equipe Técnica

A H&P é formada por uma equipe plural, especializada e multidisciplinar, que atua em rede, de forma descentralizada, aplicando novas tecnologias e métodos de ponta, comprometida com a qualidade técnica das entregas, as necessidades dos clientes e públicos e a geração de resultados.

Para este projeto, em específico, além da estrutura de gestão e coordenação da H&P, serão mobilizados profissionais com formação, experiência, habilidades e competências técnicas aderentes às necessidades da demanda, que contribuirão de forma decisiva para o alcance dos objetivos esperados para a iniciativa. Os profissionais que compõe a coordenação e equipe técnica fazem parte do corpo permanente da H&P. Já a equipe de campo será contratada sob demanda para execução das atividades. Todos os colaboradores da equipe técnica podem ser contactados pelos telefones (31) 3292-2855 (31) 98208-7212. Apresenta-se a equipe:

**DANIEL GOUVEIA DE MELLO MARTINS** [daniel.martins@hpconsultores.com.br](mailto:daniel.martins@hpconsultores.com.br)

*\_Coordenação Técnica dos Estudos de Comunidades Tradicionais | Doutor em Sociologia*

Doutor em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (2017). Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (2009) e bacharel em Ciências Sociais (2005) pela mesma instituição. Foi professor substituto do Departamento de Sociologia da UFMG. Atua na H&P desde 2016 como coordenador socioambiental em projetos de diálogo e relacionamento socioinstitucional. Esteve envolvido em projetos a serviço da Samarco e da Fundação Renova, nas ações de reparação da população impactada pelo rompimento da Barragem de Fundão, projetos de ECQ, PBAQ e PBAI e planos de relacionamento. Além disso, já trabalhou como consultor em projetos para o Ministério do Desenvolvimento Social - MDS, Secretária de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SEAPA/MG e Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - IEPHA.

**JAQUELINE DE OLIVEIRA E SILVA** [jaqueline.silva@hpconsultores.com.br](mailto:jaqueline.silva@hpconsultores.com.br)

*Doutora em Antropologia Social*

Cientista Social formada pela Universidade Federal de Minas Gerais (2010). Mestre em Antropologia pela Universidade Federal de Pernambuco (2014). Doutora em Antropologia também pela UFMG (2021), com doutorado sanduiche na Universidade do Lúrio, Nampula, Moçambique. Foi coordenadora do setor de Patrimônio Imaterial da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco. Foi também Professora Assistente Substituta do Departamento de Antropologia e Arqueologia da UFMG (2016). Atua na H&P desde 2017 como analista de relacionamento com povos tradicionais. Participou da elaboração do Estudo do competente Quilombola (ECQ) da comunidade do Degredo, elaborado em total diálogo com a comunidade.

**MAURICIO SIQUEIRA FILHO** [mauricio.siqueira@hep.solutions](mailto:mauricio.siqueira@hep.solutions)

*Mestre em Antropologia Social*

Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (2013) e mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2016). Possui experiência como coordenador de campo na elaboração de estudos diagnósticos para reparação de

manifestações culturais, estruturas arquitetônicas e marcos naturais e simbólicos impactados pelo rompimento da Barragem de Fundão, como consultor especialista referente ao Patrimônio Material, Imaterial e Arqueológico situado na área abarcada pelas manchas de dam-break de diversas estruturas da Vale S.A e da Samarco Mineração e elaboração do Plano de Ação de Emergência (PAE) destas estruturas. Na H&P, atua como consultor na produção, revisão técnica de relatórios e orientação de equipes no desenvolvimento de ações de relacionamento Socioinstitucional, Análises de Contexto para atuação de empreendimentos junto a comunidades em áreas de influência, implementação de revisões e melhorias em Planos de Ação de Emergência (PAEBM) e estudos junto a comunidades tradicionais (ECQ/PBAQ).

**JULIA MACÊDO** [julia.macedo@hep.solutions](mailto:julia.macedo@hep.solutions)

*Graduada em Gestão Pública e Especialista em Gestão de Projetos.*

Graduada em Design e Processos Gerenciais pelo UNIBH (2018), Especialização em Tecnologia de Aplicações Web (2020) e pós-graduanda em Marketing e Branding. Profissional com habilidades em Photoshop, Illustrator, After Effects, Figma e edição de vídeos. Experiência com criação de material gráfico para ensino à distância; Interface para sistemas, aplicativos e sites, atuando em agências de publicidade e empresas tais como Lumago Solutions e Sagah Soluções Educacionais. Atua como parceira da H&P na criação de Identidade Visual para produtos, postagens para mídias sociais, edição de vídeos e comunicação de resultados.

**LÍVIA SOARES BENTO** [livia.bento@hep.solutions](mailto:livia.bento@hep.solutions)

*Cientista Social*

Socióloga (UFMG). Atua na H&P como apoio aos consultores, trabalhou em projetos de Diálogo Socioinstitucional, na organização de cursos voltados para profissionais da Assistência Social, no auxílio na elaboração de relatórios diversos e apoio na construção de indicadores. Atuou também como Analista de Pesquisa na CP2 na elaboração de relatórios de pesquisa eleitoral durante as eleições municipais em 2020. Os relatórios abordavam temas tais como, avaliação da administração, cenários de intenção de votos, rejeição e insights estratégicos.

**BRUNA LARA ALVARENGA BARROS** [bruna.lara@hep.solutions](mailto:bruna.lara@hep.solutions)

*Engenheira Florestal | Mestra em Agricultura e Experiências em Povos Tradicionais*

Engenheira Florestal (UFVJM - 2014), Mestra em Agricultura Tropical (UFES-2019). Atua como analista de gestão e monitoramento H&P na área de relacionamento socioinstitucional com povos tradicionais. Possui experiência com assistência técnica e extensão rural à agricultores familiares, projetos voltados à socio economia, diálogo e relacionamento com comunidades, e processos de construção participativa de Planos Básico Ambientais (PBAs) em comunidades tradicionais. As suas habilidades profissionais contemplam a capacidade analítica, planejamento, gestão estratégica, agilidade na confecção de relatórios e documentos técnicos/ científicos. Identidade com trabalhos com comunidades, que visem a sustentabilidade e o desenvolvimento comunitário.

**CRISTIANO PIMENTA** [cristiano.rocha@hep.solutions](mailto:cristiano.rocha@hep.solutions)

*Cientista Social*

Graduação em Ciências Sociais (PUC-MG) 2010. Pós-Graduação em Governança e Desenvolvimento de Territórios com Mineração (PUC-MG) 2021. Atua na H&P desde 2011, atualmente é líder de projetos para elaboração de Avaliação de Conformidade e Operacionalidade dos Planos de Ação de Emergência para Barragens de Mineração (ACO-PAEBM) com atendimento as suas normas, atendimento às empresas Vale Corumbaense (corredor Centro Oeste), Jaguar Mining, Nexa Resources, Yara Brasil e Mineração Morro do Ipê. Possui vasta experiência em serviços de consultoria no que concerne relacionamento com comunidades, M&A, coleta de dados e diagnóstico socioeconômico.

**CONTRATAÇÃO LOCAL.***Especialista em Economia*

Será contratado localmente 01 consultor especialista, com experiência comprovada na área de escopo desta proposta. A contratação será pontual para consolidação dos impactos e elaboração dos projetos para reparação.

**CONTRATAÇÃO LOCAL.***Especialista em Extensão Rural*

Será contratado localmente 01 consultor especialista, com experiência comprovada na área de escopo desta proposta. A contratação será pontual para consolidação dos impactos e elaboração dos projetos para reparação.

**CONTRATAÇÃO LOCAL.***Especialista em Direito*

Será contratado localmente 01 consultor especialista, com experiência comprovada na área de escopo desta proposta. A contratação será pontual para consolidação dos impactos e elaboração dos projetos para reparação.



 FUNDAÇÃO  
**renova** | **H&P**